

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LARISSA SACHET PAZINI

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DE
DEVEDORES E POUPADORES REFERENTE AO PLANEJAMENTO FINANCEIRO
PESSOAL**

CRICIÚMA

2017

LARISSA SACHET PAZINI

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DE
DEVEDORES E POUPADORES REFERENTE AO PLANEJAMENTO FINANCEIRO
PESSOAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof^o. Esp. Realdo de Oliveira da Silva

CRICIÚMA

2017

LARISSA SACHET PAZINI

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DE
DEVEDORES E POUPADORES REFERENTE AO PLANEJAMENTO FINANCEIRO
PESSOAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em **Contabilidade Gerencial**.

Criciúma, 01 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Realdo de Oliveira da Silva- Especialista- UNESC – Orientador

Prof^o. João Vânio Cardoso - Especialista- UNESC – Examinador

Prof^o. Joélio Marcelino- Especialista- UNESC – Examinador

Dedico este trabalho à minha família, pois nas horas que mais precisei pude contar com o apoio de vocês, me fazendo pensar em nunca desistir e sempre me incentivando nos estudos. Esta conquista também é de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada disso poderia existir e por todas as bênçãos proporcionadas durante esta trajetória, pela busca de novos conhecimentos.

Aos meus pais Nereu e Ivonete, que sempre acreditaram e incentivaram na conquista do meu sonho. Obrigada por fazer de tudo para que eu não abandonasse o caminho até aqui, sem medir esforços para que eu concluísse minha graduação.

Ao meu namorado, Murilo, que foi durante esta caminhada meu porto seguro, sempre esteve presente nos momentos que precisei, agradeço pelo seu amor, paciência, atenção, carinho e compreensão dedicado a mim.

Aos meus amigos e amigas, principalmente aquelas que a faculdade me proporcionou conhecer: Adryeli, Karoline, Alex e Júlio que sempre se fizeram presentes desde o início, com certeza levarei comigo muitas lembranças boas com vocês, da faculdade para a vida.

A todos os professores; pois contribuíram com sua experiência profissional para a minha formação acadêmica, e em especial ao meu orientador Realdo de Oliveira, que me ajudou nesta última etapa da graduação com seu esforço na concretização deste trabalho.

E a todos que de forma direta ou indiretamente me incentivaram, contribuíram e apoiaram na realização de meu sonho de busca ao conhecimento e aprendizado durante esta jornada. Muito obrigada a todos pela atenção!

“Para se ter sucesso, é necessário amar de verdade o que se faz. Caso contrário, levando em conta apenas o lado racional, você simplesmente desiste. É o que acontece com a maioria das pessoas. ”

(Steve Jobs)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar informações relativas ao planejamento financeiro para pessoas físicas, buscando comparar a administração financeira de investidores e devedores. Atualmente com a facilidade de adquirir recursos, mais o incentivo ao consumo, muitas pessoas não tem a educação financeira para controlar as entradas e saídas de dinheiro de acordo com a renda mensal recebida. Os procedimentos contábeis, como orçamento mensal, fluxo de caixa e Balanço Patrimonial são ferramentas aplicadas na gestão de empresas e que se adaptadas para as pessoas físicas, podem trazer um grande diferencial no planejamento financeiro, pois contribuem na organização e domínio das finanças pessoais, permitindo ao usuário verificar sua saúde financeira e tomar decisões de investimentos a curto e longo prazo. Quanto aos procedimentos de pesquisa, foram elaborados dois questionários enviados por meio eletrônico, com perguntas objetivas sobre a vida financeira individual, destinados aos investidores e devedores da AMREC. A metodologia utilizada consiste em um estudo exploratório e descritivo com 115 (cento e quinze) pessoas entrevistadas, obtidas por meio de uma abordagem quantitativa. Em relação ao planejamento financeiro individual percebe-se que muitas pessoas ainda não tem a preocupação de realizar o controle de suas finanças. Constatou-se que ao realizar o acompanhamento dos recursos é possível administrar a renda mensal e aplicações em investimentos financeiros. Nota-se também que poupadores e devedores apresentam comportamentos diferentes em relação a conscientização financeira e planejamento para aposentadoria.

Palavras chave: Finanças Pessoais. Planejamento. Investimentos. Educação Financeira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Indicador de Consumo Consciente	19
Figura 2 - Demonstração dos juros em aplicação financeira.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
BACEN	Banco Central do Brasil
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CVM	Comissão de Valores Monetários
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
ICC	Indicador de Consumo Consciente
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras
IR	Imposto de Renda
LCA	Letra de Crédito Agronegócio
LCI	Letra de Crédito Imobiliário
PGBL	Plano Gerador de Benefícios Livres
PIB	Produto interno Bruto
RDB	Recibo de Depósito Bancário
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TR	Taxa Referencial
VGBL	Vida Gerador de Benefícios Livres

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Cinco etapas do planejamento financeiro	26
Quadro 2- Princípios para a formação do Patrimônio	27
Quadro 3- Modelo de Balanço Patrimonial Pessoal	29
Quadro 4- Orçamento Mensal Pessoal	31
Quadro 5- Fluxo de Caixa Mensal.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda mensal	49
Gráfico 2 - Idade.....	50
Gráfico 3 - Escolaridade	50
Gráfico 4 - Vida Financeira.....	51
Gráfico 5 - Origem da Renda	52
Gráfico 6 - Planejamento Financeiro	52
Gráfico 7 – Patrimônio.....	53
Gráfico 8 - Descrição do Patrimônio.....	53
Gráfico 9 - Financiamento de Veículos	54
Gráfico 10 - Parcelas do Financiamento de Veículos.....	54
Gráfico 11 - Formas de Pagamento	55
Gráfico 12 - Planejamento para Aposentadoria.....	55
Gráfico 13 - Opção de Planejamento para Aposentadoria	56
Gráfico 14 - Formas de Utilizar o 13º Salário	57
Gráfico 15 - Análise na Hora de Comprar	57
Gráfico 16 - Fonte de Recurso para Financiamento.....	58
Gráfico 17 - Dificuldade em Pagar Dívidas e Falta de dinheiro para pagamento das contas.....	59
Gráfico 18 - Tipo de Aplicação e Investimento	60
Gráfico 19 - Renda Destinada e Carteira de Investimentos	60
Gráfico 20 - Instituição Financeira para Aplicação e Perfil Investidor.....	61
Gráfico 21 - Considerações ao Investir e Decisões de Recursos.....	61
Gráfico 22 - Financiamentos ou Empréstimos.....	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	16
2.2 FINANÇAS PESSOAIS	17
2.3 O PERFIL DE CONSUMO	18
2.4 INFLAÇÃO.....	20
2.5 JUROS	20
2.6 PREVIDÊNCIA PÚBLICA.....	22
2.7 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL.....	23
2.7.1 Planejamento de curto, médio e longo prazo	24
2.7.2 Etapas do Planejamento Financeiro Pessoal	25
2.7.3 Princípios para Formar e Manter o Patrimônio	27
2.8 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O CONTROLE DAS FINANÇAS PESSOAIS	27
2.8.1 Balanço Patrimonial Pessoal	28
2.8.2 Orçamento Mensal Pessoal	30
2.8.3 Fluxo de caixa pessoal	32
2.8.4 Patrimônio	34
2.8.5 Receitas	34
2.8.6 Despesas	35
2.9 DECISÕES DE FINANCIAMENTOS	35
2.9.1 Empréstimo Consignado, Pessoal e CDC	36
2.9.2 Cheque especial	37
2.9.3 Cartão de crédito	38
2.10 DECISÕES DE INVESTIMENTOS	39
2.10.1 Caderneta de Poupança	39
2.10.2 CDB's	40
2.10.3 LCI / LCA	41

2.10.4 Previdência Privada	42
2.10.5 Fundos de Investimentos	44
2.10.6 Ações.....	44
2.10.7 Tesouro direto	45
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	46
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	46
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	46
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	48
4.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA.....	48
4.2 RESULTADOS DA PESQUISA.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO DESTINADO AOS NÃO INVESTIDORES.....	69
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO DESTINADO AOS INVESTIDORES.....	72

1 INTRODUÇÃO

No decorrer deste capítulo apresenta-se o tema de estudo, que consiste no planejamento financeiro para pessoas físicas por meio de procedimentos contábeis que colaboram no orçamento financeiro.

Na sequência são apresentados o objetivo geral e os específicos. Em seguida é apresentada a justificativa para a elaboração do trabalho, indicando as contribuições teóricas e práticas que o planejamento financeiro pessoal fornece ao orçamento doméstico. E por fim, é apresentada a estrutura utilizada no estudo.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

O mercado consumidor é fortemente influenciado pela mídia e os meios de comunicação que criam e provocam nas pessoas o desejo de consumo, muitas vezes por algo que elas não têm necessidade, condições financeiras imediatas ou planejamento a longo prazo para aquisição.

Com a intenção de atrair consumidores, os comerciantes e instituições financeiras oferecem várias opções de pagamentos, como financiamentos, parcelamentos ou empréstimos no momento da compra. Este consumidor influenciado pelo desejo de adquirir a mercadoria ou serviço escolhe o tipo de pagamento que poderá efetuar mensalmente, indiferente do montante final pago. Por isso, antes de efetuar a compra é importante observar o valor das taxas e juros que estão acrescidas nas parcelas e analisar se a compra será ou não um bom negócio.

O problema de relacionamento entre as pessoas e as questões financeiras ou endividamento não é recente. A cada ano cresce constantemente o índice de inadimplência. Não há costume de planejar as finanças. As pessoas não receberam educação financeira nas escolas e muitas não aprenderam com os pais e familiares como utilizar o dinheiro da maneira correta.

A Contabilidade é uma ciência que têm como objeto o estudo do patrimônio das entidades de pessoas físicas e jurídicas. As demonstrações contábeis proporcionam aos gestores uma forma de avaliar e tomar decisões sobre o futuro da organização e alcançar os resultados esperados pelos sócios. Os procedimentos contábeis além de contribuírem com as empresas podem ser utilizados pelas pessoas físicas, colaborando no controle do seu patrimônio pessoal.

O planejamento financeiro pessoal é um orçamento que pode ser elaborado para que as pessoas tenham controle de seus recursos, acompanhando onde sua renda é empregada, pois o mesmo colabora no controle de despesas mensais e no recurso investido tornando-o cada vez mais rentável.

Atualmente poucas pessoas sabem administrar e têm consciência financeira dos seus recursos, afinal muitas deixam de fazer o controle por não gostar ou falta de conhecimento dos métodos de planejamento. Mas para administrar o dinheiro de forma correta se faz necessário sabedoria básica de economia e contabilidade, sem estes fica difícil compreender as entradas e saídas de dinheiro.

De acordo com o assunto proposto, têm-se a seguinte questão de pesquisa: Qual é a percepção da população da AMREC quanto a administração financeira pessoal?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral é constatar por meio de pesquisa com a população da AMREC, qual a percepção destes em relação as finanças pessoais.

Para atingir o objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar finanças pessoais;
- Apresentar as principais alternativas de investimentos e financiamentos para pessoas físicas;
- Elaborar pesquisa na região da AMREC sobre a percepção da população em relação a administração financeira pessoal.

1.3 JUSTIFICATIVA

Algumas pessoas físicas possuem dificuldades para manter controle dos seus recursos financeiros e contas pessoais. A Contabilidade dispõe várias demonstrações que transformam os números em informações para análise da situação patrimonial e financeira.

Desta forma, a Contabilidade apresenta como relevância o planejamento financeiro, o mesmo deve ser utilizado sempre que houver movimentações de capital. As pessoas físicas precisam efetuar o controle de entradas e saídas por meio de

tabelas, demonstrativos e fazer comparações usando fluxo de caixa mensal e outras ferramentas contábeis disponíveis para saber onde o seu dinheiro está sendo empregado. Os pais têm a função de conscientizar as crianças sobre o controle das finanças, sendo essencial o conhecimento no futuro delas, para que os seus planos financeiros possam ser realizados.

Esta pesquisa torna-se relevante e oportuna pela falta de conscientização das pessoas sobre a saúde financeira individual. A dificuldade no controle dos gastos é um dos motivos responsáveis pelo endividamento, frustração pessoal, e também pela não realização de sonhos de cada um, como a aquisição da casa própria ou carro novo. Isso reflete negativamente no mercado, aumentando o índice de inadimplência e endividamento. Este estudo poderá servir de ferramenta a ser utilizada de acordo com as informações contidas no mesmo, é possível obter conhecimentos que podem ser usadas como base para a administração do próprio patrimônio e controlar as finanças pessoais.

Com base no tema abordado, este trabalho pretende demonstrar como é possível contribuir com a sociedade nas questões financeiras, evitando desperdícios de recursos e endividamento. A partir de um planejamento financeiro pessoal é possível distribuir de forma otimizada a renda recebida, entre o pagamento das contas, necessidades básicas do ser humano, como gastos com alimentação, saúde, moradia e educação, também na idealização de adquirir bens à longo prazo, ou mesmo nas aplicações em investimentos, com retorno financeiro e também no controle ao usar o cartão de crédito.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

Após a finalização da seção introdutória, este estudo está estruturado com as seguintes etapas: fundamentação teórica; procedimentos metodológicos; análises e apresentação dos resultados e considerações finais. A fundamentação teórica contém a revisão de estudo literários e pesquisa de dados sobre o tema apresentado. A ênfase aborda a administração das finanças pessoais e investimentos. Em seguida, apresenta-se os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, objetivos, estratégia e técnicas de pesquisa. Posteriormente, são discutidos os resultados e suas relações com outros estudos. E por fim, são apresentadas as conclusões, limitações do trabalho apresentado e sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, aborda-se o referencial teórico, buscando descrever a importância das finanças pessoais, educação financeira e alguns fatores que influenciam no planejamento financeiro pessoal. Apresenta-se também a importância das decisões de financiamentos, abordando os meios mais procurados, como o crédito consignado, pessoal e CDC, e decisões de investimentos contemplando fundos de investimentos e ações.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é um princípio valioso ensinado pelos pais ou responsáveis aos filhos, na qual é transmitida todo conhecimento e vivência nas questões domésticas.

De acordo com Domingos (2007), os pais são os maiores exemplos para seus filhos, pois os mesmos têm grande influência na educação financeira que transmitem as crianças e adolescentes.

Segundo Frankenberg (1999) a conscientização começa desde crianças, pois elas devem crescer sabendo que tudo que será comprado precisa ser pago, com o dinheiro dos salários dos pais, e que essa renda mensal é destinada para sustentar a casa, pagando as compras de alimentação, também as despesas de água, energia, aluguel, condomínios e o que for necessário para suprir as necessidades da família.

Uma vez estabelecida a falha no seio familiar, porém, haveria ainda a possibilidade de termos acesso a tal conhecimento na escola. Eis outro problema: as escolas brasileiras, de modo geral já bastante precárias no desenvolvimento de outros saberes fundamentais, são ainda mais displicentes no que se refere à educação financeira. (DOMINGOS, 2007, p. 27).

Em muitos casos a administração da renda familiar não é feita da forma correta, por ausência de conhecimento sobre o assunto ou organização, acabam deixando as contas sem pagamentos, justificando a falta de dinheiro para realizar a obrigação. Infelizmente esta situação é cada vez mais comum, o que leva a acreditar que as pessoas acostumam com esta condição e não buscam solução para resolver o caso.

A educação financeira lamentavelmente não é um assunto abordado nas

escolas brasileiras. É um tema que contribui com a conscientização sobre planejamento financeiro com simples ações, como guardar moedas em um cofre, e também diferenciar o que é necessário para sobreviver do que é supérfluo, que pode aguardar para ser comprado conforme condições financeiras.

2.2 FINANÇAS PESSOAIS

O cenário econômico está sempre em atualização, diante disso as pessoas não têm tempo para acompanhar as modificações, principalmente quando se trata de administrar e planejar o próprio orçamento financeiro pessoal. A gestão financeira é um assunto que cada pessoa trata de forma diferente, os acontecimentos não previstos no planejamento financeiro, influenciam na tomada de decisão, trazendo consequências positivas ou negativas com base nas metas e controles estabelecidos para o futuro.

Segundo Ferreira (2006) finanças pessoais abrangem procedimentos e processos, realizados por meio de planejamento, organização e controle do dinheiro de cada pessoa pra determinados meses ou períodos programados.

De acordo com Weston e Brigham (2000) planejamento financeiro é uma elaboração de planos estratégicos com a finalidade de atender as necessidades financeiras das empresas ou de pessoas físicas.

O controle financeiro situa-se na fase de implementação dos planos, caracterizando-se como um processo de ajustamento em *feedback* para: (1) assegurar que os planos sejam seguidos; e (2) modificar os planos existentes em respostas a mudanças no ambiente operacional. (WESTON e BRIGHAM. 2000, p. 343).

De acordo com Nery et al. (2012, p. 18) “ter o controle das finanças significa ter uma vida melhor, em que o mais importante não é quanto você ganha, mas como gasta”.

Conforme afirma Hoji (2014, p. 414) “planejamento orçamentário visa o conhecimento antecipado de resultados e serve de guia para ações a serem executadas”.

Assim como as empresas, as pessoas físicas precisam utilizar o planejamento e orçamento financeiro pessoal, pois deste modo têm-se um controle financeiro dos recursos pessoais, permitindo estabelecer e colocar em prática as metas e objetivos à curto ou longo prazo. O controle financeiro pode ser feito com o

Fluxo de Caixa, registrando o controle de entradas e saídas de recursos mensais. É possível conduzir os recursos financeiros e ter um fluxo de caixa positivo por meio do planejamento das suas receitas e despesas. Na administração dos recursos financeiros é fundamental realizar o planejamento orçamentário, nele terá uma previsão dos gastos, despesas e retornos sobre os investimentos, o mesmo serve também como um instrumento de controle financeiro.

2.3 O PERFIL DE CONSUMO

Com o passar dos anos a sociedade e as pessoas que a compõe tiveram uma grande transformação no mercado financeiro. A principal foi a padronização das operações financeiras, o homem aprendeu como utilizar a troca de moedas para suprir suas necessidades. Os recursos para financiamentos disponíveis no comércio estão cada vez mais acessíveis na vida da população, porém a falta de controle faz com que a mesma faça uso destes meios de forma incorreta.

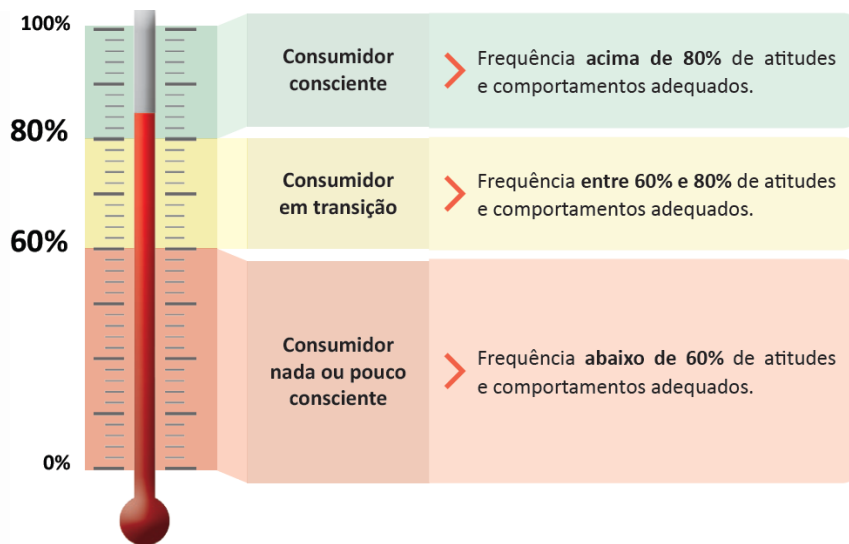
De acordo com Godoy, Medina e Gazel Junior (2006) o perfil de consumo teve origem desde os primórdios, quando não havia moeda fixa. Então foi criada uma forma de permuta, onde cada um produzia um tipo de alimento e trocava com os demais integrantes da sociedade por outros produtos que precisavam e não tinham condições ou espaço para produzi-los.

Nas palavras de Carrete e Tavares (2015) as operações financeiras cresceram devido ao desenvolvimento da agricultura, pois como não havia dinheiro as trocas de mercadorias entre as famílias eram realizadas com gado e grãos, sendo considerada na época uma forma de financiamento.

Segundo a pesquisa realizada pelo SPC Brasil e CNDL (2017) aponta que 33% dos consumidores entrevistados das classes C, D e E efetuam compras sem necessidade, afirmam ainda que são atraídos pelos descontos oferecidos nos estabelecimentos comerciais. A pesquisa divulga ainda que 42% dos consumidores optam por efetuar o pagamento parcelado. Outro dado importante revelado na pesquisa é que para economizar seu dinheiro, 78% dos entrevistados preferem fazer os serviços do que adquirir de terceiros, como por exemplo lanches, manicure, cinema e pet shop, e também 74% utilizam transporte coletivo ou caronas ou 51% preferem escolher ir a pé, bicicleta ou outro transporte para economizar combustível e ter um valor possível de economizar.

Conforme a pesquisa do SPC Brasil e CNDL (2017) sobre o Indicador de Consumo Consciente (ICC) com objetivo de verificar se o consumidor sabe gastar conscientemente apresenta dados de acordo com a figura 1:

Figura 1 - Indicador de Consumo Consciente



Fonte: SPC Brasil (2016)

Os números apresentados de acordo com a figura 1 expressam índice inferior à 60%, correspondendo aos consumidores nada ou pouco consciente, sendo a maioria dos entrevistados pelo SPC (2016); pois nesta faixa estão os compradores que apresentam atitudes inadequadas em relação ao consumo; de 60% à 80% são os consumidores em transição, correspondem aos entrevistados que estão em processo de aprendizado em relação ao consumo, e na frequência acima de 80% possuem a visão de consumo consciente e praticam as atitudes corretas na hora de efetuar as compras.

Em outra pesquisa realizado pelo SPC Brasil e CNDL (2017) foi constatado que 83% dos brasileiros usam aplicativos para smartphones com a intenção de controlar os gastos mensais. Outras formas de economizar é começando pela conscientização dentro de casa, deixando de desperdiçar água enquanto escova os dentes (94%), tirando a tomada dos aparelhos eletrônicos não utilizados (60%), trocar as lâmpadas por outras econômicas (84%) e assistir televisão com os demais moradores (65%), são algumas atitudes que no final do mês resultam na economia

financeira.

O perfil do consumidor brasileiro está relacionado com a falta de controle sobre as compras. Considerando que algumas pessoas usam meios para a própria organização financeira, por outro lado muitas, permitem que as facilidades na aquisição de bens ultrapassem os limites da renda recebida. Percebe-se que os inadimplentes são os consumidores que não realizam planejamento em relação às finanças pessoais.

2.4 INFLAÇÃO

É muito importante ficar atualizado com a economia no país, pois a inflação possui variação alterando e comprometendo a renda dos consumidores, editando tendências e perspectivas no cenário econômico.

Para Godoy, Medina e Gazel Junior (2006, p.159) inflação “é o aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda”.

O primeiro passo para a mudança na cultura financeira, que nos foi imposta por praticamente cinco décadas de um processo inflacionário descontrolado, e hoje, que já se pode comemorar uma inflação civilizada, é perfeitamente possível e necessário adquirir hábitos frugais e realizar uma cuidadosa gestão nas suas finanças. (SILVA. 2004, p. 07)

De acordo com Ferreira (2006) a inflação deve ser acrescentada no planejamento financeiro, pois a variação da mesma no período fará com que o dinheiro planejado não seja suficiente para o orçamento a longo prazo, ou seja, é como se tivesse perdido valor do recurso durante o tempo.

Isso significa que a taxa da inflação é o reajuste dos preços que os produtos e serviços sofrem durante o mês ou determinado período. A inflação interfere diretamente no orçamento financeiro, sendo fundamental fazer previsões com a variação da taxa de inflação mensal e junta-la no planejamento. Desta forma é possível evitar surpresas inesperadas e interrupção dos planos por falta de cautela.

2.5 JUROS

Uma maneira de obter retorno sob o capital emprestado ou financiado é a cobrança de juros durante os pagamentos. Os bancos comerciais ou instituições

financeiras são intermediadores dos recursos monetários, responsáveis pelo acréscimo nas parcelas por meio de taxas, ou seja; estes valores pagos a maior do que o saldo final são os juros.

De acordo com Carrete e Tavares (2015) os juros são os valores recebidos ou pagos pelo uso do capital, para isso é necessário diminuir o valor final pelo inicial e assim a remuneração que sobrar referente a diferença são as gratificações pelo tempo de que o dinheiro foi emprestado.

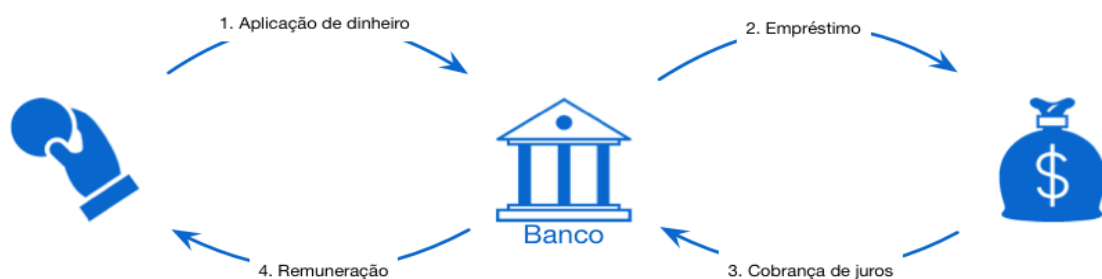
Para Godoy, Medina, e Gazel Junior (2006) os juros são o retorno dos valores investidos, em outras palavras é a resposta do devedor para o proprietário do dinheiro.

Segundo Nery et al. (2012) ao realizar novas aquisições é importante avaliar se realmente é necessário efetuar a compra, pois os juros são o custo do dinheiro emprestado ou o retorno da remuneração da aplicação.

Os juros são favoráveis quando agregam valor para quem investiu recursos e obteve retorno esperado, porém na questão de pagamentos de juros, não há dúvidas que o pagamento à vista é de longe a melhor opção, pois é possível obter descontos sob o valor total a pagar.

Na figura 2, é possível verificar o caminho percorrido pelos juros quando aplicado recurso em bancos ou instituições financeiras.

Figura 2 - Demonstração dos juros em aplicação financeira



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Conforme demonstra a figura 2, o que acontece até o dinheiro se tornar juros é um processo que tem início no recebimento do recurso no banco por meio de aplicação financeira. O montante de dinheiro não fica parado, o banco faz a movimentação de moedas e empresta ou financia o valor para quem está precisando, logo o valor das parcelas pagas terá acréscimo de juros e retorno para a instituição financeira. O investidor receberá o retorno deste recurso investido com o valor de

acréscimo dos juros sob o capital aplicado.

De acordo com Nery et al. (2012, p. 50):

A taxa de juro cobrada no empréstimo é maior do que a taxa de juro paga ao investidor. Essa diferença de taxas é o ganho do banco para realizar esta operação, ou seja, o *spread* (juro é menor na captação e mais alto no financiamento; é a diferença entre o juro que ele cobra no empréstimo e o juro que ele paga ao investidor).

Todas essas operações têm como referência a *taxa Selic*, fixada pelo Banco Central e considerada a taxa básica da economia.

Não há banco ou qualquer instituição que empreste ou faça financiamento sem cobrar juros. Para ambos o dinheiro será benéfico, ou seja, para quem precisa ter o recurso disponível a curto prazo e resolver os problemas é fundamental. Já para quem disponibiliza o dinheiro vai ser melhor ainda, no final o montante dependendo da taxa de juros cobrada pode dobrar a longo prazo.

2.6 PREVIDÊNCIA PÚBLICA

A Previdência Pública é o regime de aposentadoria composta pela Previdência Social, cuja reponsabilidade administrativa é do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os contemplados pelos benefícios são os trabalhadores assalariados de empresas privadas, servidores públicos, civis e militares das competências do Governo Federal, Estadual e Municipal.

De acordo com o INSS (2017):

As despesas do INSS estão em torno de 8% do PIB e, se nada for feito, as projeções para 2060 apontam que o percentual deve chegar a 18%, índice que inviabilizaria a Previdência. No ano passado, o déficit do RGPS (coberto com recursos da Seguridade Social – da qual a Previdência faz parte) chegou perto de R\$ 150 bilhões. A despesa cresce mais se forem adicionados os benefícios pagos aos servidores públicos da União, estados e municípios. Em 2016, somente o déficit do Regime Próprio dos Servidores da União (civis e militares) passou de R\$ 77 bilhões.

Para Halfeld (2007, p. 107) “já foi o tempo em que você podia contar com a previdência pública para custear sua aposentadoria. As dificuldades entradas pelo INSS levaram a redução do teto da aposentadoria pública”.

De acordo com dados do Ministério da Previdência Social (2015) com o aumento da expectativa de vida da população brasileira pode ser que ocorra déficit para a previdência pública, ou seja, o valor arrecado pelos contribuintes ativos não será suficiente para o pagamento de todas as despesas e remunerações dos

aposentados e os contribuintes inativos.

Com a incerteza sobre o futuro da Previdência Social, e com a intenção de garantir a estabilidade financeira no futuro, sem redução do nível de vida uma opção que muitos brasileiros buscam para isso é investir na Previdência Privada.

2.7 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Na estrutura familiar, todo mês os gastos fixos e variáveis devem ter um equilíbrio; ou seja; reservar valores para pagar as contas mensais e despesas que não foram planejadas, para estas é necessário ter recursos ou formas de lidar com imprevistos financeiros que podem acontecer e desestruturar o controle mensal. Diante disto, é preciso controlar os gastos e poupar dinheiro durante os meses. Com as receitas e despesas organizados, torna-se possível analisar a atual situação financeira.

De acordo com Frankenberg (1999, p. 31) planejamento financeiro pessoal significa: “estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. ”

Para Halfeld (2007) poupar é deixar de gastar de imediato e fazer análises dos recursos para adquirir bens de valores mais elevados em determinado tempo. Na vida financeira não é possível prever o futuro sem planejar e controlar o dinheiro, mas é essencial que uma economia mensal seja realizada, pois nem todos os recursos disponíveis devem ser gastos, poupar é uma forma de garantir estabilidade até o próximo salário.

O planejamento financeiro de uma pessoa e de sua família para uma vida inteira não é, de maneira alguma, um conceito rígido e inflexível. Ao contrário. Cada um pode estabelecer metas para si próprio. Mas, uma vez que as defina, deve sempre mantê-las em sua mente e lutar com determinação para alcançá-las. Assim como nenhuma empresa pode progredir a longo prazo se não tiver um foco ou objetivo, também o indivíduo precisa saber antecipadamente as metas que pretende atingir. (FRANKENBERG. 1999, p. 31).

De acordo com Luquet (2000) algumas pessoas, pela falta de organização financeira, não conseguem governar o seu próprio patrimônio, e também, não sabem qual o valor que precisam para pagar as despesas mensais e o quanto deve sobrar para passar o mês até seu próximo pagamento. Nem fazem ideia que ao organizar as

suas despesas e receitas, deixando os recursos em dia é possível destinar parte da renda para investir em aplicações.

Nas palavras de Ferreira (2006, p. 19) menciona que:

A etapa de planejar seu dinheiro é a primeira que compõe o processo de realizar o Planejamento Financeiro Pessoal. As pessoas não podem lidar com seu dinheiro na base da improvisação. O planejamento figura como a primeira etapa por ser aquela que serve de base para as demais. No planejamento, determinamos os planos antecipadamente o que pretendemos com nosso dinheiro e detalhamos os planos necessários para alcançar o (s) objetivo (s) definido (s). Começa com a determinação dos objetivos e o detalhamento dos planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível.

Segundo Frankenberg (1999) no momento da compra deve ser feita uma avaliação criteriosa do que é essencial e o que é supérfluo, ou seja; o essencial é o que não pode faltar no cotidiano, o contrário é supérfluo, algo que não é necessário para viver, com esta seleção é admissível gastar com responsabilidade e ainda ter algum dinheiro para aplicar em investimentos, sem que faça falta no projeto mensal.

O planejamento financeiro pessoal é a ferramenta que diminui as frustrações e preocupações relacionadas as finanças pessoais. Desde que os recursos sejam administrados e controlados corretamente. O seu desenvolvimento fornece informações sobre a saúde financeira para que objetivos sejam alcançados e metas sejam cumpridas, sendo necessário muitas vezes fazer alterações nas mesmas ao longo do tempo. Na fase do planejamento financeiro é determinado com antecedência onde será aplicada a renda mensal e atitudes para evitar as futuras dificuldades financeiras.

2.7.1 Planejamento de curto, médio e longo prazo

No decorrer do tempo o ser humano vai construindo a sua vida com sonhos e metas, buscando a capacidade de adquirir e aumentar o valor do Patrimônio pessoal. Nem todos os planos podem ser realizados diretamente, é preciso que a renda mensal possa suportar todas as novas aquisições. Ao estabelecer prioridades para as metas se torna necessário realizar o planejamento financeiro, com reservas de valores durante os meses, desta forma facilita cada vez mais a realização dos objetivos pessoais.

Um bom plano financeiro pode reduzir o tempo para a conquista de um sonho. Isso acontece porque passamos a concentrar nossos esforços em ações

precisas. Nossas ações passam a serem direcionadas, tendo sempre um alvo como principal foco. (WILLIAN. 2009, p. 16)

Nas palavras de Ferreira (2006) o planejamento a curto prazo corresponde as metas com duração de um ano, de médio prazo são metas no período de um a cinco anos, e a longo prazo são os objetivos para mais de cinco anos. Na definição dos objetivos é importante distinguir os períodos para realização dos mesmos.

Segundo Luquet (2000) é importante dividir os objetivos em categorias de preservação ou aumento de capital em curto, médio e logo prazo, e começar com aplicações financeiras seguindo os objetivos iniciais de até um ano, após planejar e investir nos próximos cinco anos, com pensamento de aumentar os bens patrimoniais e também investir na aposentadoria segura.

Para curto prazo são metas possíveis de acontecer, sendo objetivos com curta duração, como exemplo é pagar as dívidas, com um esforço e controle no que comprar e gastar é possível ficar em dia com as contas. Para longo prazo são os objetivos que surgiram de uma ideia e são construídos durante um certo período, como adquirir uma casa própria, por meio de financiamento bancário ou investimento mensal, portanto colocados em prática quando os desafios financeiros e etapas durante o processo foram concretizados de forma adequada.

2.7.2 Etapas do Planejamento Financeiro Pessoal

As pessoas não têm o hábito de anotar os pagamentos efetuados no decorrer do mês e não fazem ideia de seu patrimônio e recursos disponíveis. Mas é criando o costume de identificar cada saída de dinheiro que o controle financeiro tem início. Uma forma prática para controlar as despesas é fazer as contas de todos os gastos decorrente ao longo do mês, identificando as compras à vista ou a prazo, considerando as parcelas e evitando gastar mais do que se ganha.

Para Domingos (2007) as pessoas que buscam equilíbrio financeiro são aquelas que possuem consciência plena e organização financeira de suas despesas e receitas, sabem que seus compromissos devem cumprir com o acordo inicial sem desvios no caminho.

De acordo com Ferreira (2006, p. 22):

As pessoas mais bem-sucedidas financeiramente são aquelas que têm um ótimo controle de suas contas e sabem para onde vai todo o dinheiro gasto.

Contabilizar os gastos pessoais é coisa que a maioria das pessoas não faz todos os meses. Uns por preguiça; outros porque acham que administrar as contas é realmente impossível. Para que o acompanhamento de suas finanças dê certo é preciso disciplina, pois só assim você terá uma visão real da vida que leva mensalmente.

Segundo Carvalho (2012) destaca cinco etapas que facilitam no planejamento financeiro pessoal.

Quadro 1: Cinco etapas do planejamento financeiro

1ª- Convencimento Pessoal	Corresponde a conscientização pessoal e mudanças de hábitos para conquistar os objetivos estipulados
2ª- Conhecimento Financeiro	Corresponde ao controle financeiro pessoal, com a utilização do Balanço Patrimonial e Fluxo de Caixa.
3ª- Definição de Objetivos	Corresponde em definir objetivos e procurar meios para acumular riqueza e facilitar na realização dos projetos definidos
4ª- Mudança de Hábitos	Corresponde em mudar o comportamento financeiro, combinando a realidade com os objetivos futuros.
5ª- Investimentos	Corresponde em guardar dinheiro e aplicar no Mercado empresarial; Mercado imobiliário ou Mercado financeiro, correndo riscos e obtendo retorno sobre seus recursos aplicados

Fonte: Adaptado de Carvalho (2012)

Com base no Quadro 1 percebe-se que não é simples elaborar um planejamento financeiro, se as pessoas não estiverem motivadas e afim de segui-lo corretamente, pois todas as etapas são desenvolvidas diariamente. Planejar com responsabilidade e adequar com os imprevistos que tendem a surgir aprendendo como supera-los, sempre com disciplina para alcançar os objetivos e obter sucesso financeiro.

Além de organizar e manter controle das despesas mensais, é necessário ter disciplina e conscientização no decorrer do mês, pois o consumismo influencia diretamente e acaba desfocando o planejamento financeiro evidenciando algo que no momento é supérfluo. Nada adianta se na vida familiar, as pessoas não buscarem entendimento e formas para otimizar o seu patrimônio, pois para alcançar os objetivos estipulados todos tem que estar convencidos a poupar juntos, com a intenção de cumprir as metas no prazo programado.

2.7.3 Princípios para Formar e Manter o Patrimônio

O planejamento financeiro pessoal além de seguir as etapas propostas inicialmente, deve adequá-lo para que o mesmo seja compatível para a formação ou manutenção do Patrimônio individual.

De acordo com Frankenberg (1999) apresenta quatro princípios que contribuem para a formação do planejamento estratégico conforme quadro 2.

Quadro 2 - Princípios para a formação do Patrimônio

Quem guarda têm	Independente da renda mensal (alta ou baixa), quando usada com disciplina para não gastar toda a receita recebida, sobrar algum valor que precisa ser guardado para gerar equilíbrio em períodos de descontrole financeiro
Comece ontem	O quanto antes começar a guardar dinheiro e fazer aplicações terá um retorno antes do esperado, pois no futuro terá estabilidade financeira sem depender somente da Previdência Social
Olhe para depois de amanhã	O ideal é investir em aplicações de curto, médio e logo prazo voltada para o aumento patrimonial, pois apenas em curto prazo terá apenas o retorno financeiro esperado no período e não para toda a vida
Dê sentido à sua poupança	Com os objetivos e sonhos definidos use o planejamento e aplique o valor da poupança para realiza-los

Fonte: Adaptado de Frankenberg (1999)

O quadro 2 apresenta a conscientização de que a saúde financeira de qualquer pessoa tem início com o planejamento, começar a economizar desde cedo é construir o Patrimônio no futuro, também é estar preparado se surgir algum imprevisto, evitando pedir empréstimos e pagar juros a instituições financeiras. O sucesso financeiro e a formação do Patrimônio estão diretamente ligado com a administração dos bens e recursos financeiros obtidos.

2.8 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O CONTROLE DAS FINANÇAS PESSOAIS

Na formação do planejamento financeiro é essencial elaborar planilhas para administrar os bens de cada pessoa. Os registros efetuados no controle apresentam a situação financeira pessoal e com estes dados pode ser iniciada a

administração das finanças pessoais. Mas nem todas as pessoas tem costume de fazer anotações, por acreditar que é muito complicado controlar o próprio dinheiro.

De acordo com Oliveira (2012) a contabilidade e suas técnicas de análises contribuem com dados que servem para tomar futuras decisões, além de organizar a vida financeira das pessoas.

Algumas demonstrações contábeis usadas na administração e controle das finanças contribuem na organização do planejamento financeiro, tais como o Balanço Patrimonial Pessoal, Orçamento Mensal Pessoal e também o Fluxo de Caixa.

2.8.1 Balanço Patrimonial Pessoal

As pessoas por falta de tempo ou de conhecimento acabam deixando de controlar e manter o seu patrimônio. Uma forma de monitorar o valor do Patrimônio é apresentar todos os bens que possui acompanhado dos valores correspondentes, separando os recebimentos e as obrigações a pagar. O valor da diferença entre os dois grupos são os recursos acumulados, ou seja; o valor do patrimônio que já foi pago.

O conceito de Balanço Patrimonial segundo Ferreira (2006, p. 23) “é a fotografia da situação financeira de uma pessoa ou de uma empresa, em uma determinada data”.

De acordo com Sá (2006, p. 34) “um balanço patrimonial evidencia a estrutura de todo o patrimônio ou riqueza de um empreendimento, como se esta estivesse parada em dado momento”.

Os demonstrativos que a contabilidade oferece permite que suas técnicas sejam usadas para o planejamento financeiro pessoal facilitando a visão das pessoas físicas de seus ativos e passivos; ou seja dos bens, direitos e obrigações. Mas para isso, as demonstrações contábeis devem conter em sua elaboração números reais dos itens e nada adianta usar apenas números simulados para análises.

No Quadro 3, apresenta-se um modelo de Balanço Patrimonial para a contabilização das contas pessoais.

Quadro 3: Modelo de Balanço Patrimonial Pessoal

BALANÇO PATRIMONIAL PESSOAL	
ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
Dinheiro em Bolso	Cartão de Crédito
Saldo em Conta Corrente	Cheques pré-datados
Saldo em Conta Poupança	Impostos e taxas a pagar
Saldo em Conta Investimento	Aluguel e Condomínio
Total do Ativo Circulante	Mensalidades Escolares
	Empréstimos a pagar
INVESTIMENTOS	Financiamento de Veículos
Empréstimo concedido à família	Outros
CDB	Total do Passivo Circulante
Fundo de Renda Fixa	
Ações investidas diretamente	
Clube de Investimentos	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Total de Investimentos	Exigível a Longo Prazo
	Cheques pré-datados a longo prazo
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Empréstimos a pagar a longo prazo
Ativo Realizável a Longo Prazo	Financiamento de Veículos a longo prazo
Imóvel	Total do Passivo Não-Circulante
Veículos	
Investimentos	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Imobilizado	Ativo – Passivo
Intangível	Total do Patrimônio Líquido
Outros	
Total do Ativo Não-Circulante	
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Fonte: Adaptado de Ferreira (2006).

O modelo de Balanço Patrimonial apresentado no Quadro 3 é uma estrutura de fácil entendimento, até para quem não conhece os procedimentos contábeis, pois é preciso apenas preencher cada conta contábil com o valor que corresponde a mesma. No lado esquerdo do Balanço Patrimonial estão as contas de Ativo, são caracterizadas todas as contas de bens e direitos e no lado direito estão as contas de Passivo, identificadas como contas de obrigações (saldos a pagar) e o Patrimônio Líquido. Após a identificação de cada conta, calcula-se a diferença entre o Ativo e o Passivo e será encontrado o valor real da situação financeira pessoal e obter o seu patrimônio atual, contribuindo para avaliar o mesmo e fazer alterações no seu planejamento financeiro.

Para Kiyosaki e Lechter (2000) a dificuldade entre os usuários das demonstrações contábeis está na descrição dos bens, direitos e obrigações. Por ausência de informação as pessoas não sabem a diferença entre ativo e passivo e acabam se confundido ao preencher seu controle mensal.

Segundo Ferreira (2006) para interpretar o Balanço Patrimonial se faz necessário a compreensão dos itens que compõem o mesmo, desta forma o Ativo é composto pelos bens e direitos; o Ativo Circulante é formado pelos bens e direitos que são transformados em caixa a curto prazo; diferente do Ativo Não Circulante que possui em sua composição as contas de imobilizados (veículos, imóveis), investimentos, intangível, ou seja, são os itens que não tem a função de gerar caixa a curto prazo. O Passivo Circulante contém as contas a pagar e dívidas a curto prazo; no Passivo não Circulante estão as contas a pagar e financiamentos de longo prazo. O Patrimônio Líquido é a diferença do Ativo menos o Passivo, ou seja, é a situação financeira que a pessoa se encontra, se possuir mais Ativos do que Passivos terá um saldo maior de caixa ou de bens disponíveis para uso.

De acordo com Morante (2007) as contas de ativo e passivo são exibidas conforme a legislação determina, sendo assim, o ativo deve apresentar as contas em ordem decrescente de liquidez, ou seja; primeiro estão os itens que podem se tornar dinheiro mais rápido e por últimas aquelas que apresentam menor liquidez e ao contrário, as contas de passivo são exibidas pelo grau de exigibilidade, sendo classificadas primeiro as contas com menor prazo de vencimento e logo mais com maior vencimento.

De fato, os usuários das demonstrações contábeis precisam identificar corretamente as receitas e despesas, para não efetuar lançamentos em contas incorretas, como por exemplo lançar saldos a pagar no ativo, pois o resultado final ficará muito diferente do realizado. O Balanço Patrimonial é uma ferramenta que contribui no planejamento e controle financeiro, deixando o usuário informado de seu Patrimônio atual, e desta forma permite ao mesmo estabelecer objetivos para o crescimento dos bens patrimoniais.

2.8.2 Orçamento Mensal Pessoal

O orçamento mensal pessoal é uma ferramenta que possibilita ao usuário identificar com antecedência suas receitas e despesas previstas para o período. Desta

forma torna-se permitido administrar e controlar os recursos identificados no orçamento do mês.

Um orçamento é a expressão quantitativa de um plano de ação futuro da administração para um determinado período. Ele pode abranger aspectos financeiros e não financeiros desses planos e funciona como um projeto para a companhia seguir no período vindouro. (HORNGREN. 2000, p. 125)

No Quadro 4 é apresentado uma estrutura do orçamento mensal para pessoas físicas.

Quadro 4: Orçamento Mensal Pessoal

Orçamento Mensal Pessoal	
RECEITAS	
Salário líquido	1.500
Vale-refeição	368
Total de Receitas	1.868
DESPESAS	
Condomínio	190
Água, luz, gás	100
Telefone	80
Automóvel	0
Apartamento	300
Alimentação	180
Lazer	100
Vestuário	40
Taxas bancárias	20
Educação	35
Ginástica	80
Cabeleireiro	10
Outros	40
Total de Despesas	1.175
SUPERÁVIT/DÉFICIT MENSAL	693

Fonte: Adaptado de Ferreira (2006, p. 40)

Conforme o Quadro 4, Ferreira apresenta o resultado da subtração entre receitas e despesas é o superávit ou déficit mensal, ou seja; quando as receitas foram maiores que as despesas se tem o superávit e quando as despesas se apresentam maiores que as receitas se tem o déficit. Este por sua vez representa que algo não ocorreu como o planejado, pois durante o mês faltou dinheiro, extrapolando o orçamento e tendo que buscar novas formas para quitar essa dívida, como empréstimos, sujeitando a taxa de juros do mercado.

Nas palavras de Ferreira (2006) no orçamento mensal pessoal as receitas são os recebimentos e entradas de dinheiro, como salário líquido (considera-se o salário base menos os descontos da folha de pagamento), ou recebimentos de alugueis. Já as despesas são os gastos com as saídas de dinheiro para compra de mercadorias ou aquisição de serviços durante o mês.

De acordo com Macedo Junior (2010) quando as contas estão organizadas, torna-se possível e mais fácil de controlar as finanças e também permite poupar dinheiro, diminuindo o pagamento de juros com atitudes de mudança no comportamento de consumo e administrando os gastos.

O orçamento é um instrumento que facilita a vida financeira, pois nele é discriminado as receitas e despesas efetuadas durante o mês, permitindo identificar o que se faz necessário e o que passou dos valores previstos, evitando que aconteça o mesmo no mês subsequente.

2.8.3 Fluxo de caixa pessoal

O Balanço Patrimonial e o Orçamento Mensal são ferramentas que contribuem para a organização das finanças pessoais, assim como o fluxo de caixa individual possibilita o controle das entradas e saídas de recursos durante o período elaborado.

O fluxo de caixa de uma pessoa física é o detalhamento mensal das suas rendas e das suas despesas, ou seja, entrada e saída de dinheiro. É aconselhável que a projeção do fluxo de caixa seja preparada para o ano inteiro. A diferença entre as rendas e despesas vai indicar para onde está indo seu dinheiro. Se a diferença for positiva, o saldo indo para o seu bolso [...]. Se a diferença for negativa, significa que você gastou mais do que ganhou. (SEGUNDO FILHO. 2003, p. 58).

Para Ferreira (2006) o fluxo de caixa contém as receitas, despesas e a também a variação do que foi previsto inicialmente com o que realmente foi gasto. Com a utilização desta ferramenta é possível acompanhar, controlar e modificar o destino do dinheiro conforme as necessidades individuais.

A Demonstração do Fluxo de Caixa vai muito mais longe do que a simples apuração de resultado do período (receita recebida menos despesa paga). Consideram-se investimentos, amortização de financiamentos, dividendos etc. De forma condensada, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. (IUDÍCIBUS e MARION. 1999 p. 122)

De acordo com Blanco (2014) a demonstração do fluxo de caixa para ter sua otimização completa, a mesma deve ser elaborada no início do ano, contemplando todos os meses com previsões detalhadas de recebimentos, pagamentos e investimentos.

O Quadro 5 apresenta um modelo de fluxo de caixa mensal destina para as pessoas físicas.

Quadro 5: Fluxo de Caixa Mensal

Fluxo de Caixa Mensal			
	Projetado	Realizado	Varição
RECEITAS			
Salário líquido	1.500	1.500	0%
Vale-refeição	368	368	0%
Total de Receitas	1.868	1.868	0%
DESPESAS			
Condomínio	190	190	0%
Água, luz, gás	100	190	90% 125%
Telefone	80	180	0%
Apartamento	300	300	22%
Alimentação	180	220	60%
Lazer	100	160	0%
Vestuário	40	40	0%
Taxas bancárias	20	20	0%
Educação	35	35	0%
Ginástica	80	80	0%
Cabeleireiro	10	10	0%
Outros	40	40	25%
Total de Despesas	1.175	1.465	-42%
SUPERÁVIT/DÉFICIT MENSAL	693	403	

Fonte: Ferreira (2006, p. 52)

Conforme observa-se no quadro 5, o fluxo de caixa servirá na organização e monitoramento das despesas e gastos mensais, evitando que estes sejam elevados e extrapolem as receitas recebidas. E também facilitará no controle dos recursos para que o fluxo de caixa se torne sempre positivo (superávit), para isto, o valor das entradas tem que ser maior do que as saídas, ou seja; os recursos projetados devem ser maiores ou iguais ao realizado, caso contrário apresentará déficit mensal.

A gestão financeira pessoal deve ter planejamento de fluxo de caixa, pois é necessário estar preparado caso aparecer dívidas não esperadas ou desencontros financeiros.

2.8.4 Patrimônio

Nas empresas a contabilidade têm função fundamental na hora de tomar qualquer decisão que modifique o Patrimônio. Desta forma, a mesma também pode ser usada para controlar o Patrimônio pessoal, garantindo a administração correta dos bens, direitos e obrigações das pessoas físicas.

De acordo com Ribeiro (2010, p. 01) “patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa, avaliado em moeda”. No Balanço Patrimonial os bens e direitos estão classificados no Ativo e as obrigações no Passivo.

Segundo Ribeiro (2010) bens são considerados componentes que tem por objetivo suprir as necessidades da empresa. Os bens devem possuir finalidade de uso, troca ou consumo para ser caracterizado como Patrimônio. Os direitos são valores para receber, sendo recursos derivados de clientes ou outras receitas. As obrigações são as contas a pagar para bancos, fornecedores, em outras palavras são as saídas de dinheiro de caixa.

O Patrimônio de uma pessoa física são os valores adquiridos ao longo do tempo, no entanto, é preciso administrar os recursos disponíveis para que os mesmos possam agregar mais valores aos bens já existentes, por meio de retorno financeiro.

2.8.5 Receitas

Nas demonstrações contábeis é muito importante identificar as receitas e despesas, pois se alguma conta for caracterizada de maneira incorreta, o resultado final terá consequências financeiramente.

Para Godoy, Medina e Gazel Junior (2006, p. 163) receita “corresponde ao total de dinheiro que uma pessoa ou empresa recebe, dentro de determinado prazo, relativamente aos seus negócios, proventos ou rendas”.

Conforme Ribeiro (2010) as receitas são as contas de resultado que somente tem existência se juntamente ocorrer fatos geradores como prestação de serviços ou venda de bens.

Desta forma, as receitas são as entradas de dinheiro, derivada de salário mensal, recebimento de aluguéis, aposentadoria, juros recebidos em aplicação financeira e demais rendas mensais. As empresas possuem várias receitas, como financeiras ou vendas de mercadorias. Do mesmo modo como as pessoas físicas

podem possuir mais de uma receita, se optarem por destinar os seus recursos em investimentos para receber os devidos retornos financeiros esperados e não depender somente do salário mensal, o que pode auxiliar em dificuldades futuras.

2.8.6 Despesas

As saídas de dinheiro e pagamentos correspondem as despesas. As contas de resultado, receitas e despesas quando controladas e alinhadas tornam o orçamento controlado e positivo. Diferente das receitas, as despesas são maiores em quantidades, pois têm função de suprir as necessidades das empresas e das pessoas físicas. No entanto, o valor financeiro das receitas no fluxo de caixa deve ser maior do que as despesas.

As despesas decorrem do consumo de bens e da utilização de serviços. Por exemplo: o consumo de materiais de limpeza (sabão, desinfetante, vassoura, detergente), de café, de materiais de expediente (caneta, papel, cartuchos de tintas para impressoras, impressos e outros), a utilização dos serviços telefônicos, o consumo de energia elétrica, água etc. (RIBEIRO. 2010, p. 26)

Segundo Ferreira (2006) no planejamento financeiro as despesas precisam ser controladas, pois é por meio de gastos fixos que a renda financeira se compromete e as dívidas aumentam cada vez até perder totalmente o controle.

Em situação de emergência financeira, ou seja, quando as despesas estão altas demais é necessário fazer a revisão do orçamento financeiro. Uma alternativa de evitar cair no endividamento é cortar as despesas que não fazem tanta falta no dia a dia, e deixar os valores nas planilhas atualizados de acordo com a renda e despesas, alternando rotinas como fazer o jantar em casa ao invés de optar por restaurantes.

2.9 DECISÕES DE FINANCIAMENTOS

As oportunidades de financiamentos oferecidas pelo mercado atualmente facilitam a compra de bens e serviços. Desta forma a aquisição do Patrimônio pessoal, a curto ou longo prazo, torna-se sem burocracia e com condições bem facilitadas que cabem no bolso da população brasileira.

Somente se deve fazer empréstimos de qualquer natureza junto ao banco quando se possui algum esquema racional e bem refletido de como vai ser feita a devolução. O banco não é uma entidade beneficente, e por isso sempre vai cobrar o máximo possível de juros que o mercado e a legislação

permitem. (FRANKENBERG. 1999, p. 101)

As decisões de financiamentos têm origem conforme há necessidade de recursos imediatos, se não há capital próprio, neste caso é preciso recorrer a capital de terceiros.

2.9.1 Empréstimo Consignado, Pessoal e CDC

Os produtos financeiros oferecidos para pessoas físicas pelos bancos e instituições de crédito são os empréstimos e financiamentos, com a intenção de promover a economia e receber retorno sobre a modalidade financeira escolhida.

A instituição financeira pode ser um banco comercial ou uma Sociedade de Crédito e Investimento, também conhecida como financeira, que possui objetivo realizar exclusivamente operações de financiamento de consumo e capital de giro. (CARRETE e TAVARES. 2015, p. 362)

Os empréstimos para pessoas físicas segundo o Banco Central do Brasil (2013) são operações de crédito com cobrança de juros, igual aos demais do mercado, mas com a diferença no pagamento, pois o mesmo é realizado diretamente do salário mensal, por meio de desconto na folha de pagamento do trabalhador, no benefício previdenciário do pensionista ou aposentado e as parcelas são iguais e fixas.

Para Hoji (2009) o empréstimo pessoal é uma troca de valores, efetuada pelos bancos e como retorno é cobrado taxa de juros, sendo estas menores do que o cheque especial.

O empréstimo em consignação, com desconto das prestações diretamente na folha de pagamento, foi regulamentado por meio da Lei 10.820, de 17/12/03. O empréstimo consignado tem a grande vantagem de oferecer taxas de juros baixas. O juro menor é resultado do baixo risco de inadimplência assumido pelos bancos, já que o pagamento é feito diretamente pela empresa. (FORTUNA. 2014, p. 247)

De acordo com Santos (2014) o CDC (Crédito Direto ao Consumidor) é destinado para pessoas realizarem aquisições, mediante aprovação da instituição de crédito, a concessionária, que podem ser os bancos, financeiras, lojas de departamentos, sendo assim, o CDC é uma alternativa financeira em que o crédito é destinado para compras e outras utilidades.

Segundo Fortuna (2014) CDC é o financiamento utilizado para aquisição de bens ou serviços, geralmente são comprados por esta modalidade de empréstimo

veículos e eletrodomésticos, desta forma a compra no caso de bens, serve como garantia da operação, ou seja; até o final das prestações este ficará alienado pela financeira.

No planejamento financeiro, a parcela do empréstimo deve ser deduzida da renda mensal como uma despesa fixa, pois até o final do empréstimo terá este desconto, sendo então necessário adequar o orçamento com o restante do dinheiro controlando para não gastar mais do que o permitido.

O empréstimo consignado oferece para os bancos e financeiras um risco menor de não receber o dinheiro emprestado, pois a pessoa já fez a autorização para desconto direto da fonte onde recebe seu recurso mensal. Na dúvida entre adquirir um empréstimo pessoal, consignado ou CDC é preciso verificar as condições e taxas de juros se estão de acordo com outras financeiras e principalmente se o valor das parcelas não apertará o orçamento impedindo de realizar o pagamento.

2.9.2 Cheque especial

Outra forma de empréstimo oferecida pelos bancos para as pessoas físicas, é o cheque especial. Com a intenção de obter ganhos financeiros sobre o produto utilizado pelo cliente. Por falta de conhecimento sobre as taxas, muitos usuários acabam endividados pelo uso incorreto do limite concedido pelo cheque especial.

Cheque especial é um instrumento utilizado para que sua conta corrente possa trabalhar com saldo negativo. Os juros a serem pagos quando se usa o cheque especial sempre serão maiores do que os obtidos em conta de poupança ou fundo de renda. (FRANKENBERG. 1999, p. 164)

De acordo com Nery et al. (2012) cheque especial é o valor oferecido pelo banco como um limite de crédito extra, porém ao utiliza-lo o cliente gasta além do saldo da sua conta e pagará taxas de juros, deixando a conta corrente negativa.

Os bancos realizam a abertura de contas correntes e disponibilizam um limite de crédito, para ser empregado quando o cliente ultrapassar o saldo disponível. Porém este recurso deve ser utilizado somente em casos de emergência, pois sobre o limite são acrescidos juros elevados, que muitas pessoas não conseguem efetuar os pagamentos dos mesmos e deixar a conta positiva.

2.9.3 Cartão de crédito

O cartão de crédito tornou-se uma das moedas mais utilizadas como forma de pagamento nos últimos anos, pois o seu uso é prático, aceito em quase todos os estabelecimentos, inclusive em compras pela internet, e além disso, muitas bandeiras para fidelizar clientes fazem troca de pontos por compras ou serviços.

De acordo com Frankenberg (1999) a moeda de plástico fez com que a maioria da população abandonasse os pagamentos feitos por meio de dinheiro e cheque e optassem por pagamentos via cartão de crédito.

Segundo Nery et al. (2015) o cartão de crédito é um meio de pagamento para aquisições à vista ou parcelado, neste caso há vantagens de comprar em parcelas quando o desconto oferecido é bom, ou se o preço de à vista for dividido em prestações mensais sem juros. É importante verificar o limite do cartão, o valor das faturas e anuidade, pois o pagamento em atraso ou apenas pagar parte da fatura resulta em taxas de juros e multas com cargas elevadas.

Os cartões têm a eventual desvantagem de vir a representar um fator de propensão ao consumo, nos momentos em que o consumidor intuitivamente desejava poupar. Como o nome diz, além de dinheiro de plástico, pois servem como meio de pagamento, são, acima de tudo, um crédito automático. Sem dívida, constituem a moeda do futuro, pela sua segurança tanto para o credor quanto para o devedor. (FORTUNA. 2014, p. 206)

O cartão de débito para Nery et al. (2012) é quando o valor da compra for descontado imediatamente da conta bancária, como se fosse a troca direta da compra por dinheiro, mas de forma eletrônica. Diferente do cartão de crédito, pois a compra realizada é paga por meio de fatura na data do vencimento escolhido pelo usuário.

Diante disto, a fatura mensal é enviada pela administradora do cartão, é uma conta que detalha cada gasto efetuado à vista ou em parcelas para ser pago. Neste momento é importante conferir todas as cobranças e fazer a comparação com o orçamento pessoal do que foi previsto e o que realmente foi gasto. Para muitas pessoas o cartão de crédito tornou-se um aliado, já para outras é um pesadelo, pois quem tem as finanças em dia e sabe usar o limite disponível dentro do orçamento mensal é uma ótima moeda de compra, mas para as compulsivas por compras, o mesmo é uma forma de acumular cada vez mais as dívidas e não ter dinheiro para pagá-las, recorrendo ao pagamento mínimo da fatura.

2.10 DECISÕES DE INVESTIMENTOS

Toda decisão têm uma origem e um histórico. Com a intensão de obter retorno financeiro ou fazer o próprio dinheiro trabalhar para gerar valor é que surge as decisões investimentos.

Segundo Ferreira (2006, p. 43) “poupar é bom para a conquista de sua riqueza, investir é excelente para acelerar seu crescimento”. Guardar dinheiro significa economizar e estar preparado para futuras emergências. Por outro lado, é um meio de investir e aguardar retorno sob o capital investido.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2017) as aplicações mais escolhidas para investimentos são a Poupança, CDB (Certificado de Depósito Bancário), RDB (Recibo de Depósito Bancário), e os fundos de investimentos.

Há muitas formas de empregar recursos, mas para investir e realizar um bom negócio, além de conhecimento é necessário analisar o histórico financeiro da opção escolhida, a inflação e a economia, e no final optar pelo investimento que tem probabilidades de gerar mais rendimentos.

2.10.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é conhecida por muitos brasileiros por ser um recurso conservador, seguro e os recursos podem ser retirados a qualquer momento sem precisar de prazo mínimo de tempo investido. O investimento na poupança é simples e fácil, possui baixo risco. Para investir é necessário abrir uma conta e começar com depósitos financeiros, independente dos valores será calculado os rendimentos sob o capital investido.

É uma aplicação financeira em que a data da aplicação torna-se a data de aniversário da conta poupança, isto é, a data em que os juros são depositados para o investidor. É o investimento mais tradicional, conservador e popular entre os brasileiros, principalmente entre os de menor renda, pois aceita aplicações de pequenas quantias, oferece liquidez imediata, é isenta de imposto de renda e conta com garantia do governo para saldos até determinado valor. (CARRETE e TAVARES. 2015, p. 320)

De acordo com o Banco Central do Brasil (2017) o investimento mais buscado pelas famílias brasileiras atualmente, são as aplicações em cadernetas de poupanças independente do banco escolhido.

Segundo Luquet (2000) o retorno que a caderneta de poupança oferece é

baixo, o dinheiro empregado nesta aplicação pode ser considerado apenas como uma reserva financeira para caso de necessidades.

Investimento e poupança constituem o cerne de todo o sistema financeiro. Poupança é definida como parte da renda não consumida. O indivíduo racional concorda em trocar um poder de consumo presente e certo por um poder de consumo futuro e incerto, se houver expectativa de que este será maior que o primeiro. Por outro lado, a utilização dos recursos poupados, próprios ou de terceiros, para ampliar a capacidade produtiva representa um ato de investimento. (LOPES et al.. 2012, p. 03).

Conforme menciona Carrete e Tavares (2015) a Lei 12.703, de 7/8/12, a rentabilidade da poupança antes de maio de 2012 era de 0,5% ao mês mais TR (Taxa Referencial) era depositado na data de aniversário do depósito já realizado. Já os valores aplicados após o mês de maio do mesmo ano, o rendimento é calculado de acordo com a taxa Selic, ou seja; quando a taxa estiver acima de 8% ao ano o rendimento da caderneta de poupança é calculado com 0,5% + TR, quando estiver igual ou abaixo de 8,5% ao ano o rendimento é de 70% da taxa Selic + TR.

A rentabilidade da poupança sem dúvidas não é a melhor do mercado financeiro, outros investimentos oferecem taxas de retorno mais atraente, porém com maiores riscos também. A caderneta de poupança oferece segurança e facilidade, dependendo somente de o investidor saber quando realizar mais investimentos ou retirá-los em emergências.

2.10.2 CDB's

As opções de financiamentos oferecidas pelos bancos destinados para as pessoas físicas e jurídicas são diversas. Uma modalidade, além da caderneta de poupança é o Certificado de Depósito Bancário.

Conforme Fortuna (2014) CDB é um título de crédito, que gera a obrigação para os bancos ou instituições financeiras de pagar o retorno previsto no final da aplicação ao investidor, o valor final terá acréscimo de remuneração e, portanto, será maior que o inicial.

É uma modalidade de investimento na qual o investidor aplica os recursos financeiros em um título de renda fixa emitido pelo banco comercial, com data de vencimento e rentabilidade acordada entre o banco e cliente investidor na data do depósito. (CARRETE e TAVARES. 2015, p. 323)

Para Nery et al. (2012) CDB tem o retorno sob o capital investido no término

do prazo de aplicação que foi negociado com o banco, geralmente o prazo mínimo de aplicação são trinta dias, mas depende do contrato realizado com o emissor.

Segundo Halfeld (2007) CBD's são depósitos de renda fixa, o que não torna o investimento o mais rentável e gerador de valor a curto prazo, quando comparado com ações e outros investimentos, porém oferece baixo risco de perda e surpresas inesperadas.

De acordo com Nery et al. (2012, p. 214) “na aplicação em CDB, o FGC garante o pagamento (devolução) até R\$ 70 mil. ”

Conforme Carrete e Tavares (2015) sobre os títulos financeiros CBD's há incidência de imposto de renda (IR), na data do resgate ou no vencimento da aplicação, diferente da caderneta de poupança que não há imposto sobre as aplicações. A alíquota de IR depende do tempo que os recursos são aplicados. Os títulos que possuem taxas prefixadas (são rendimentos já definidos na data da aplicação) ou pós-fixados (a remuneração é revelada depois da aplicação dependendo de variação monetária) são tributadas pelo IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros) quando há resgates antes de 30 dias corridos.

Independente da forma de aplicar o dinheiro, é preciso analisar e acompanhar frequentemente os investimentos nos locais onde são emitidos os títulos e recibo de crédito, pois depende da credibilidade e seriedade da instituição em efetuar o resgate do título de capitalização de forma correta para o investidor

2.10.3 LCI / LCA

No mercado financeiro existem títulos de aplicações, como a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito Agronegócio (LCA), ambos não possuem retenção de imposto de renda e tem mais rentabilidade que a caderneta de poupança.

Os investimentos em imóveis são uma maneira de aplicar os recursos com segurança, além de investir na própria moradia, adquirir outros imóveis para locação é garantir uma renda extra.

De acordo com Carrete e Tavares (2015) os investimentos em LCI são títulos de créditos imobiliários de renda fixa, destinados a aplicação financeira com retorno de financiamentos imobiliários, com prazo de aplicação de 2 à 25 meses, sem poder efetuar resgate antecipado, ou seja; o processo de LCI tem início com o

investidor aplicando o recurso no banco ou instituições financeiras, o mesmo emite os títulos, após é encaminhado para aplicação em financiamento de imóveis, e retorna para o investidor com TR mais 0,5%, e alguns bancos oferecem um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) para agregar valor ao investimento.

Segundo BM & Bovespa (2017) a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é um título de investimento realizado entre produtores rurais, cooperativas e terceiros referentes a empréstimos destinados para a produção até finalização dos produtos agropecuários, incluindo desde insumos até máquinas utilizadas no processo produtivo. O investimento em LCA é isento de IR e IOF para pessoas físicas, desta forma o rendimento será maior se comparados com outros que possuem impostos. Além disso, aplicar recursos em LCA têm vantagens como a proteção do FGC (Fundo Gerador de Crédito), o mesmo como em outros investimentos garantindo até um valor previsto a devolução do recurso empregado em caso de perdas, e por meio da LCA incentiva os financiamentos destinados ao agronegócio.

Para investir na LCA é preciso abrir conta em um banco que tenha autorização para a operação diretamente ou por meio de corretora, após fazer a opção do título prefixado ou pós-fixado, pois o retorno interfere neste, é mais vantagem optar pelo prefixado para ter maior rentabilidade e queda dos juros a longo prazo, se for curto a opção é pós-fixado. Observar o tempo investido, pois quando maior o prazo de vencimento tende de ter maior rentabilidade também, mas o resgate é feito apenas na data de vencimento da aplicação. A rentabilidade do investimento é bem parecida com LCI.

Em questão das aplicações LCI e LCA, ambas têm as mesmas características, a diferença é que uma é destinada ao mercado imobiliário e outra para o agronegócio. Porém os resgates de ambos os investimentos só podem serem retirados no vencimento previsto, caso ocorra algum imprevisto durante o caminho não é possível contar com estes recursos, sendo necessário recorrer a empréstimos ou financiamentos de terceiros.

2.10.4 Previdência Privada

Em decorrência da incerteza de como será a Previdência Pública no Brasil daqui alguns anos, a população busca meios de garantir estabilidade e qualidade de vida no futuro. Isso explica a procura dos planos de previdência privada.

Segundo Halfeld (2007) os planos de saúde se tornaram obrigatório visto que a saúde pública não consegue atender toda a população, a previdência pública também não terá condições de contemplar todos os beneficiários.

De acordo com Macedo Junior (2007) a previdência privada é uma maneira de efetuar aplicação, porém a diferença com os tradicionais investimentos é que os recursos aplicados são destinados especialmente para serem retirados somente na aposentadoria.

Segundo Ferreira (2006, p. 80) “o governo criou e regulamentou a chamada previdência complementar que, por sua vez, pode ser dividida em aberta e fechada”. A Previdência aberta é dívida em Plano de Garantia Mínima, PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). Em outras palavras, é a participação dos trabalhadores no plano da empresa obtendo maior renda e quando aposentados têm direito ao INSS e o valor do fundo complementar da empresa.

Para Halfeld (2007) a previdência fechada é um plano de aposentadoria feito pela empresa com a divisão mensal de contribuições para os empregados, sendo para os mesmos considerada com renda extra.

Conforme afirma Ferreira (2006) PGBL não deixa de ser um investimento, pois os valores mensais são definidos pelo contribuinte e o mesmo define também quando quer retirar os recursos.

PGBL tem uma vantagem adicional sobre a acumulação de recursos em um Fundo de Investimento comum: a de que ele não é incluído nos bens de um inventário – Lei 10.406/2002 – Código Civil artigo 791, apesar de não haver legislação expressa, entende-se que a Legítima deve ser preservada [...]. Se o titular do PGBL morre, o herdeiro beneficiário indicado no contrato pode sacar os recursos nele aplicados em poucos dias. (FORTUNA. 2014, p. 873)

Segundo Halfeld (2007) VGBL é uma aplicação de recursos financeiros que não incide imposto de renda na hora de sacar o dinheiro, somente incide IR sobre o ganho de capital. É um investimento hoje para retirar quando precisar ou se aposentar no futuro, podendo adquirir junto com a previdência complementar ou seguro de vida.

Para Ferreira (2007, p. 82): “antes de se aposentar, o funcionário pode optar por receber integralmente em dinheiro a sua parte acumulada durante os anos de trabalho ou então obter uma renda vitalícia mensal”.

Ao aplicar dinheiro na PGBL terá taxa de administração e contribuições fixas ou variáveis para realizar o pagamento. Esta modalidade de previdência incide

imposto de renda sobre os saques realizados, de acordo com a tabela de IR para pessoas físicas, mas como benefício fiscal, na declaração de IR pode diminuir até 12% da renda bruta.

Os planos de previdência privada PGBL e VGBL possuem muitas semelhanças quanto a aplicação de valores, a maior diferença entre ambos está no benefício fiscal e isenção de IR concedido.

2.10.5 Fundos de Investimentos

No mercado de investimentos, ao aplicar recursos financeiros em vários títulos a chance de obter retorno sob a aplicação será maior, pois optando por diversificar a carteira de investimento os riscos de perda diminuem o valor perdido.

De acordo com Lopes et al. (2012) os fundos de investimentos são responsáveis por investir em conjunto o dinheiro de empresas e pessoas físicas com a intenção de obter rentabilidade e menor risco de perdas, pois o fundo diversifica os recursos ao aplicar em título de renda fixa (investimento com regras de remuneração e prazos definidos), renda variável (os rendimentos não são conhecidos no momento da aplicação, variação conforme o prazo) e outros ativos.

Para Macedo Junior (2010, p. 90), “os fundos são fracionados em cotas. O patrimônio de um fundo é a soma de cotas que foram compradas pelos investidores”.

Tradicionalmente os fundos de investimentos são classificados como de renda fixa, aqueles compostos, em sua maioria, por aplicações em títulos que possuem uma taxa prefixada ou pós-fixada, porém baseada no mercado de juros e de renda variável, aqueles compostos, em sua maioria, por aplicações em ações e/ ou títulos cuja taxa de retorno é variável, e não baseado diretamente no mercado de juros. (LOPES et al. 2012, p. 249).

A Decisão conjunta número 10, de 02/05/2002, torna o BACEN e a Comissão de Valores Monetários (CVM) responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos fundos de investimentos.

2.10.6 Ações

As ações fazem parte do mercado financeiro. No mercado acionário são negociadas ações ordinárias e preferenciais. A venda de ações é a abertura do capital da empresa para várias pessoas, com a intenção de aumentar o valor da companhia.

Os investidores que compram ações são chamados de acionistas. Sendo estes considerados como os proprietários da empresa, ou seja, quanto mais ações o acionista tiver, maior será a sua parte do capital da empresa.

De acordo com Lopes et al. (2012) “ação é a menor parcela em que o capital de uma companhia ou sociedade anônima é dividido, constituindo um título de participação a cada acionista”.

Segundo Fortuna (2014) as ações ordinárias garantem direito ao voto, enquanto as preferenciais não têm direito ao voto, mas fazem com que os acionistas recebam os lucros a serem distribuídos em forma de dividendos ou como juros sob o capital próprio.

[...]as ações preferenciais garantem ao acionista prioridade no recebimento de dividendos, geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído as ações ordinárias, e no reembolso do capital, em caso da dissolução da sociedade. Não conferem direito ao voto nas assembleias gerais. (FRANKENBERG. 1999, p. 145)

Investir em ações significa que se a companhia tiver lucros, o investidor receberá retorno sob o investimento aplicado, mas se a mesma ter prejuízo, a perda de dinheiro será inevitável, porém optando em comprar ações em momentos negativos da empresa e revende-las após seus lucros aumentarem pode ser um bom negócio.

As vendas de ações são feitas por meio de terceiros, as corretoras de valores cobram taxas para negociação de ações na bolsa de valores, mas para não deixar o investidor sem noção de como anda o mercado, as mesmas emitem relatórios de análise com a demonstração das ações nas empresas.

2.10.7 Tesouro direto

Os títulos públicos federais destinados a pessoas físicas pelo Tesouro Nacional em renda fixa são opções de aplicações em tesouro direto.

De acordo com Martins (2004, p. 77) “ é uma opção interessante, segura, e de boa rentabilidade. ” O investimento em tesouro direto é simples, é uma aplicação que não necessita de valores altos para comprar os títulos públicos, não há taxa de administração e depois de adquirir o investidor receberá os recursos devidos até data acordada entre as partes.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, é apresentada a metodologia usada no estudo. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Por último, destacam-se as limitações da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que se refere à análise dos dados utiliza-se abordagem quantitativa. De acordo com Richardson (1999) abordagem quantitativa é empregada pelo uso de quantidades na coleta de dados e transformação dos resultados por meio de técnicas estatísticas, como percentuais, médias ou desvio-padrão. Deste modo, os dados obtidos junto as pessoas físicas, foram analisados de forma quantitativa e nortearam a elaboração do diagnóstico referente a administração das finanças pessoais, decisões de investimentos e demais questões financeiras.

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo. Segundo Gil (2008), o estudo consiste em apresentar as características de determinados assuntos. Desta forma, esta pesquisa descreve a administração e controle das finanças e alternativas de investimentos para pessoas físicas.

Quanto aos procedimentos, primeiramente efetua-se uma pesquisa bibliográfica, com base na fundamentação teórica de livros e artigos publicados referentes ao tema proposto. Segundo Lakatos (1999) a pesquisa bibliográfica é caracterizada por todo material que o conteúdo já se tornou público, em relação ao tema de estudo. Posteriormente realiza-se o estudo de caso, devido ao uso de levantamentos e coleta de dados para a pesquisa. Conforme Yin (2001) o estudo de caso é um método de pesquisa que usa abordagens sobre a coleta e determina a análise de dados nos procedimentos realizados.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para efetuar os procedimentos para coleta e análise de dados sobre a administração das finanças pessoais com foco na comparação de poupadores e devedores aplicou-se dois questionários, com perguntas objetivas referentes à vida financeira pessoal. Estes instrumentos de coletas de dados estão divididos em

assuntos que buscam identificar o perfil das pessoas físicas, classificando em investidores e não investidores. A amostra foi de caráter específico, pois investigou-se como cada pessoa mantém controle de suas finanças.

Como neste trabalho a análise do processo decisório tem foco na gestão financeira pessoal, optou-se por apresentar e conscientizar por meio de informações das principais alternativas de investimentos e financiamentos para pessoas físicas.

Com base nos resultados da pesquisa do tipo estudo de caso e do uso da metodologia reflexiva elaborou-se uma comparação com os dados obtidos sobre as finanças pessoais, sendo possível identificar as questões referentes aos investidores e não investidores. Para finalizar o estudo e limitar o mesmo, foram apresentadas as conclusões sobre vantagens de investir e controlar as despesas e receitas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo descreve-se a pesquisa de levantamento de dados realizada sobre o comportamento das pessoas físicas em relação as finanças pessoais. Sendo apresentado uma comparação entre os investidores e não investidores, com a intenção de analisar as vantagens de efetuar o controle das finanças, e com o intuito de conscientizar as pessoas físicas sobre o planejamento financeiro.

4.1 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Inicialmente realiza-se a aplicação de dois questionários, enviados por meio eletrônico, abordando 42 (quarenta e duas) questões, sendo dividido o primeiro questionário em 24 (vinte e quatro) perguntas destinados aos investidores, e o segundo em 18 (dezoito) para não investidores, ambos foram enviados individualmente para 220 (duzentas e vinte) pessoas físicas, entre acadêmicos, professores de Universidades, trabalhadores assalariados, autônomos, entre outros. O público alvo destinado foi a população da AMREC, caracterizando os grupos conforme a escolha feita por ambos, na opção de responder apenas o questionário que mais se enquadrava no perfil de cada um. Os formulários são compostos por uma pergunta e alternativas de respostas sobre controle financeiro, dívidas e investimentos utilizados por pessoas físicas na administração das finanças pessoais. Os dados foram coletados entre os meses de agosto até outubro de 2017.

Na pesquisa realizada são considerados investidores ou poupadores as pessoas físicas que fazem uso da aplicação financeira, investem seu dinheiro com frequência para obter retorno financeiro. Já os não investidores ou devedores fazem parte da população que não destina, ou reserva apenas uma parte da renda para aplicação em investimento, não o fazendo com frequência ou encontra-se com a renda mensal empregada em financiamentos, empréstimos e dívidas atrasadas. Com aplicação dos questionamentos obteve-se 115 (cento e quinze) respostas, sendo 39 (trinta e nove) referente ao questionário dos investidores e 76 (setenta e seis) respostas adquiridas da pesquisa destinado aos não investidores.

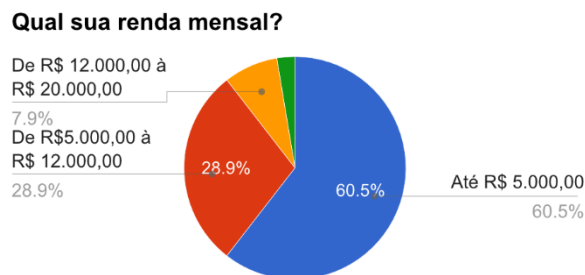
Após apresenta-se a análise do estudo de caso, verificando o comportamento das pessoas físicas no que diz respeito às suas finanças pessoais por meio de uma comparação com os dados obtidos referente administração financeira

pessoal dos perfis analisados.

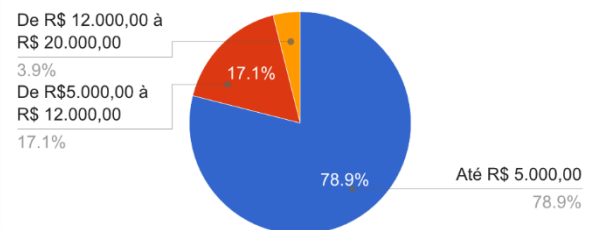
4.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados obtidos com a realização do estudo de caso apresentam-se por meio de gráficos e acompanham as análises de comparação entre os investidores (poupadores) e não investidores (devedores).

Gráfico 1 - Renda mensal
Investidores



Não Investidores



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

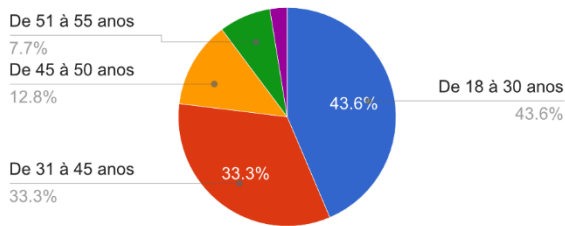
Conforme dados do gráfico 1, a renda mensal para os investidores exhibe 60,5% para quem possui renda até R\$ 5.000,00, obteve-se 28,9% para renda de R\$ 5.000,00 até R\$ 12.000,00 por mês, apresenta-se 7,9% para renda de R\$ 12.000,00 à R\$ 20.000,00, e apenas 2,6% apresenta valores de R\$ 20.000,00 à R\$ 30.000,00. Em comparação com renda mensal do grupo considerado não investidores é apresentada conforme as respostas obtidas sendo 78,9% recebendo renda até R\$ 5.000,00; em seguida apresenta índice de 17,1% com renda de R\$ 5.000,00 à R\$ 12.000,00, após com apenas 3,9% das pessoas que têm renda de R\$ 12.000,00 à R\$ 20.000,00 por mês.

Analisando os questionamentos entre os perfis respondidos pelos investidores e não investidores, percebe-se que a renda entre ambos apresenta diferença entre os valores recebidos mensalmente.

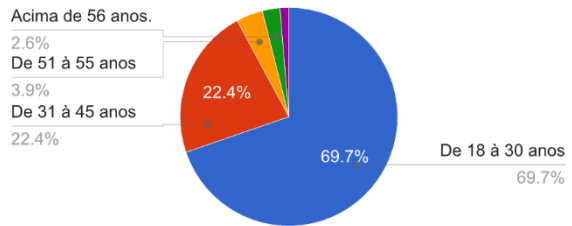
O grupo considerado investidor possui renda superior aos não investidores, fato que contribui na hora de aplicar os recursos financeiros.

Gráfico 2 - Idade Investidores

Qual a sua idade?



Não Investidores

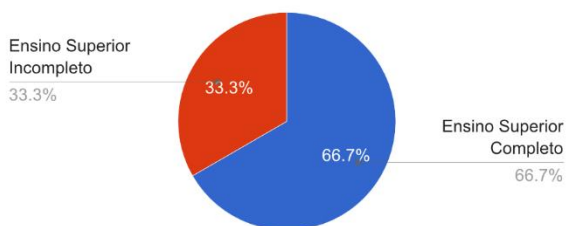


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

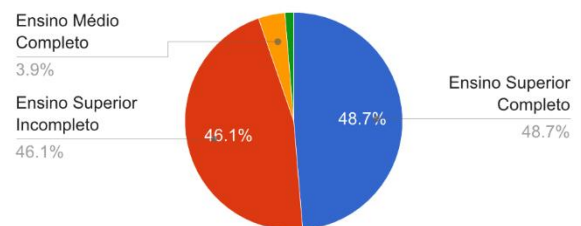
O gráfico 2 apresenta os dados obtidos, de acordo com o perfil de investidores possui faixa etária dividida em 43,6% de 18 à 30 anos, com 33,3% tem entre 31 à 45 anos, com 12,8% as pessoas com 45 à 50 anos, apenas 7,7% tem entre 51 à 55 anos, e 2,6% como possui acima de 56 anos de idade. É possível perceber que 69,7% dos não investidores tem idade de 18 à 30 anos, com 22,4% possui entre 31 à 45 anos; 3,9% tem de 51 à 55 anos, 2,6% possui acima de 56 anos e apenas 1,3% tem entre 45 à 50 anos. Em relação ao gráfico 2, ambos os grupos apresentam respostas de diferentes idades, mas percebe-se que a maioria dos entrevistados compõem a faixa etária de 18 à 30 anos.

Gráfico 3 - Escolaridade Investidores

Qual sua escolaridade?



Não Investidores

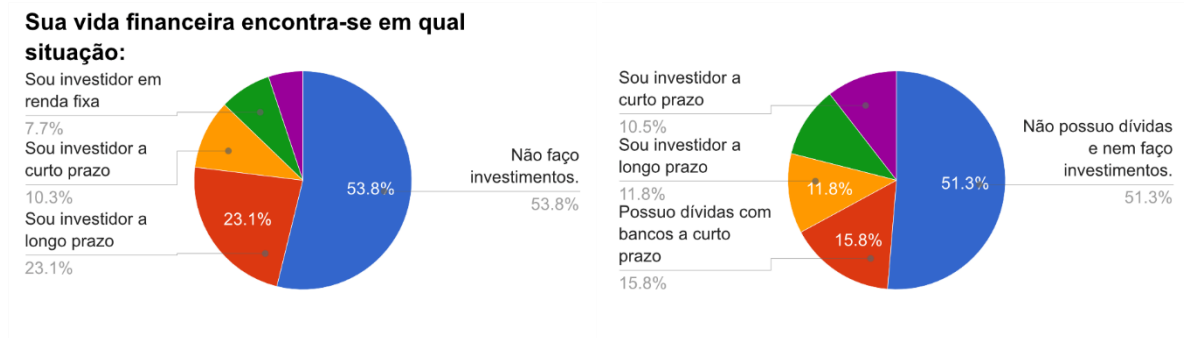


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Os estudos, conforme o gráfico 3, apontam que os investidores possuem nível de educação superior completo mais elevado, com 66,7% contra 48,7% em comparação aos não investidores. Porém em ensino superior incompleto apresenta 33,3% (investidores) e 46,1% do perfil de não investidores. O perfil de devedores conta

também com 3,9% de pessoas com ensino médio completo, e ainda 1,3% possui apenas o ensino médio incompleto. Percebe-se que a educação conscientiza as pessoas a e cria a convicção de realizar uma estrutura mais organizada e administrada financeiramente.

Gráfico 4 - Vida Financeira
Investidores



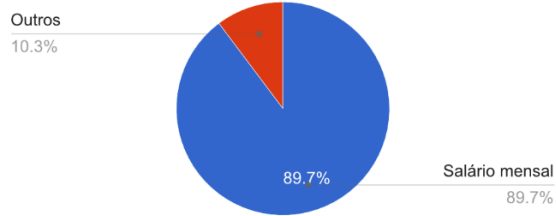
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Conforme o gráfico 4, em relação a vida financeira o perfil de investidores 53,8% optaram em responder que não fazem investimentos, 23,1% fazem investimentos a longo prazo, 10,3% são investidores a curto prazo, 7,7% optam em renda fixa e apenas 5,2% optam em aplicações de renda variável. Os não investidores 51,3% não possuem dívidas e nem fazem investimentos, 15,8% correspondem a pessoas com dívidas em curto junto ao banco, 11,8% investem a longo prazo e 10,5% empregam o dinheiro em investimento a curto prazo e também caracterizam 10,5% das pessoas que possuem dívidas com bancos a longo prazo.

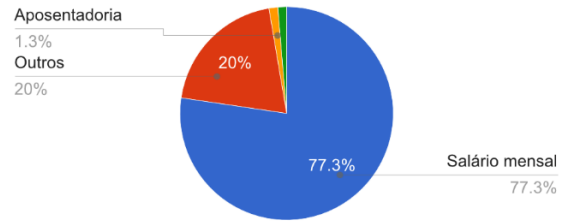
Analisando os dados obtidos, apesar do perfil dos poupadores não se consideram investidores, conforme as demais respostas abaixo sobre as aplicações, os mesmos fazem investimentos que no momento para eles são estimados como renda normal. Diante desta resposta, a grande maioria dos não investidores consideram-se sem dívidas e sem carteira de investimentos.

Gráfico 5 - Origem da Renda
Investidores

Qual a origem de sua renda?



Não Investidores

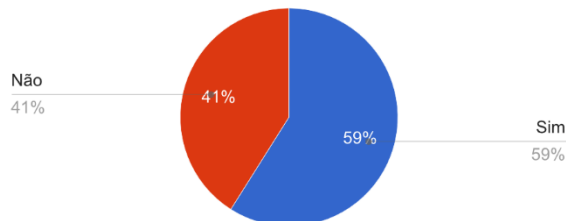


Fonte: Elaborada pela autora (2017).

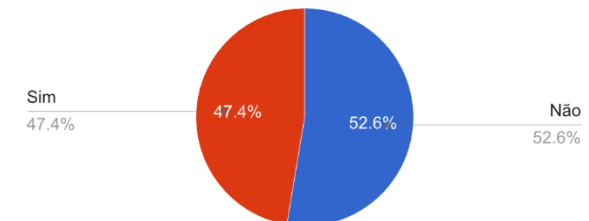
De acordo com o gráfico 5, a origem da renda dos investidores 89,7% é referente ao salário mensal, e 10,3% outros. Comparando com os não investidores o recebimento é de 77,3% de salário mensal, 20% outros, 1,3% aposentadoria e 1,3% de rendimento de aplicação financeiras. A maior renda mensal de ambos os perfis, caracteriza-se pelo recebimento do salário mensal.

Gráfico 6 - Planejamento Financeiro
Investidores

Você possui planejamento financeiro?



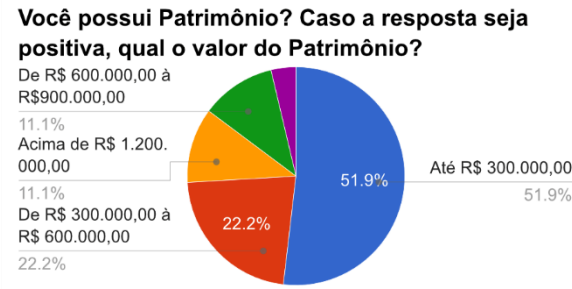
Não Investidores



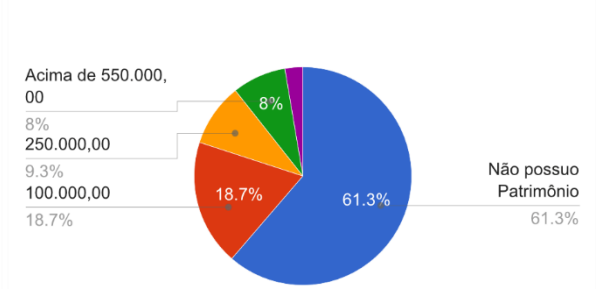
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O questionamento conforme o gráfico 6, evidência que 59% dos investidores possuem controle dos recursos por meio de planejamento financeiro e apenas 41% não tomam o cuidado com as finanças. Já para os não investidores 52,6% não utilizam nenhum método de planejamento financeiro e apenas 47,4% das pessoas controlam os seus gastos e receitas. Percebe-se que o controle financeiro é mais usado pelos investidores, verificando que os mesmos possuem renda maior do que os não investimentos e para não se perder nas despesas, receitas e investimentos possuem conscientização de acompanhar por meio de planejamento financeiro.

Gráfico 7 – Patrimônio Investidores



Não Investidores



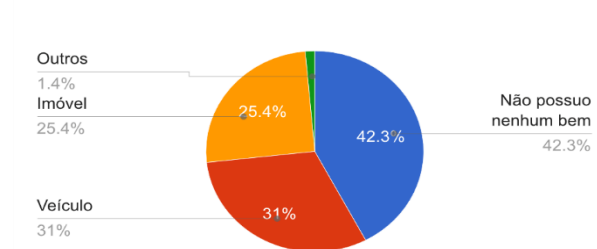
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Conforme a pesquisa, o gráfico 7, apresenta 51,9% dos investidores responderam que possuem Patrimônio até R\$ 300.000,00; 22,2% tem bens patrimoniais de R\$ 300.000,00 à R\$ 600.000,00, 11,1% com patrimônio de R\$ 600.000,00 à R\$ 900.000,00 e também com 11,1% acima de R\$ 1.200.000,00, apenas 3,7% possuem bens entre R\$ 900.000,00 à R\$ 1.200.000,00. Outro fato analisado são os não investidores, destes 61,3% não possuem Patrimônio; 18,7% o valor de seu patrimônio é de R\$ 100.000,00; 9,3% correspondem aos bens de R\$ 250.000,00; 8% apresentam patrimônio acima de R\$ 550.000,00 e apenas 2,7% possuem Patrimônio até R\$ 500.000,00. Em relação aos bens patrimoniais pessoal, perceber-se que os investidores possuem bens com valores mais elevados do que os não investidores. O fato de realizar a administração e controle financeiro ajuda na aquisição e formação do Patrimônio

Gráfico 8 - Descrição do Patrimônio Investidores



Não investidores



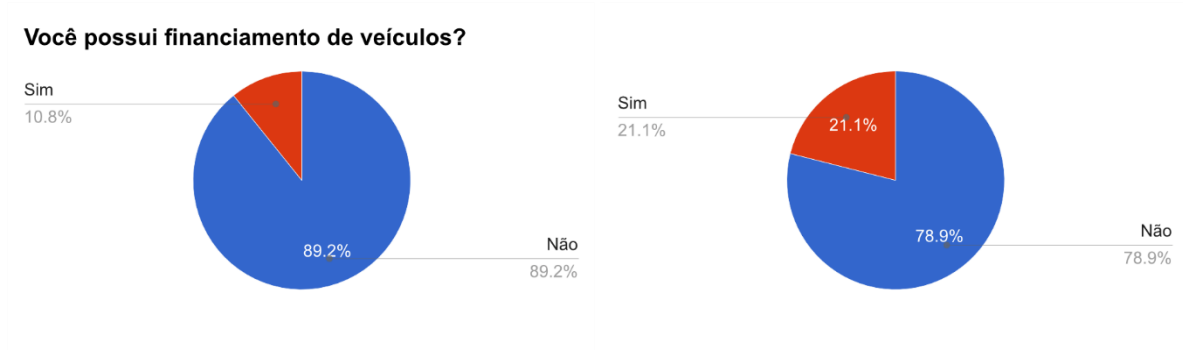
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

De acordo com os dados do gráfico 8, os tipos de Patrimônio adquirido por investidores representam 43,2% de imóveis; 35,1% não possuem os bens

patrimoniais e com 21,6% de veículos. Por outro lado, os não investidores 42,3% não possuem nenhum tipo de bem; 31% do Patrimônio são veículos; 25,4% são imóveis e 1,4% são representados por outros.

Observa-se que investidores possuem bens, cujo valor de mercado ao longo do tempo têm crescimento agregado, como valorização do imóvel. Em relação aos não investidores, estes fazem a opção por bens que sofrem depreciação do valor no decorrer do tempo, como exemplo os veículos.

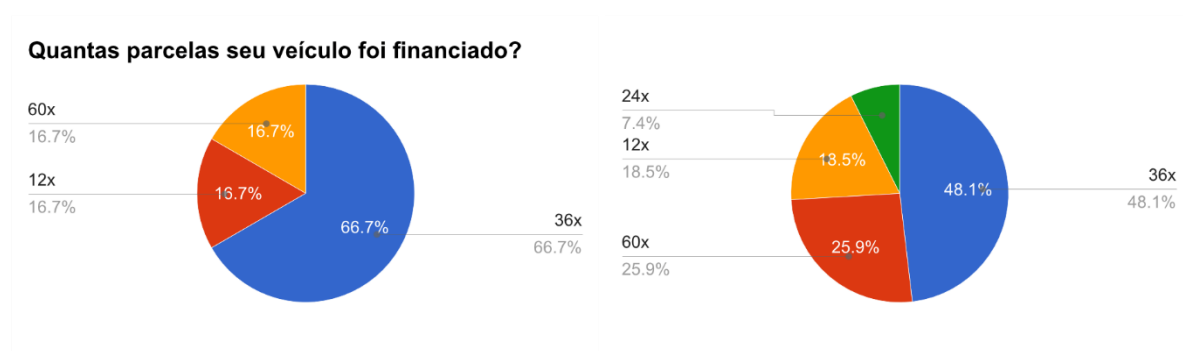
Gráfico 9 - Financiamento de Veículos Investidores



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

No gráfico 9, em relação ao financiamento de veículos, os dois perfis analisados fazem uso da opção financeira. Porém, dos investidores apenas 10,8% tem o parcelamento do seu meio de transporte, contra 21,1% das respostas dos não investidores.

Gráfico 10 - Parcelas do Financiamento de Veículos Investidores



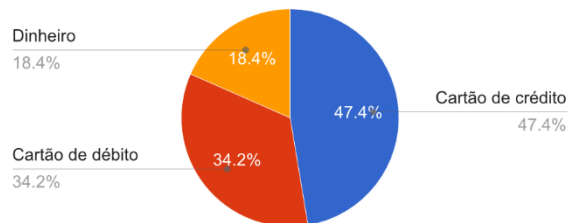
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

De acordo com o gráfico 10, a quantidade de parcelas do financiamento de

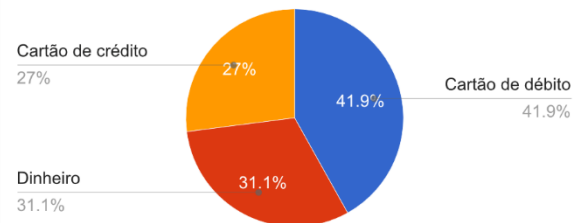
veículos mais escolhida por ambos é em 36 vezes, com 66,7% é opção dos investidores com 48,1% dos não investidores. Em relação as demais parcelas apresentam-se para os investidores com 16,7% em 12 meses e também em 60 vezes. Os não investidores por sua vez, 25,9% preferem financiar em 60 vezes; 18,5% em 12 parcelas e 7,4% em 24 prestações.

Gráfico 11 - Formas de Pagamento
Investidores

Qual a forma de pagamento você mais utiliza?



Não Investidores

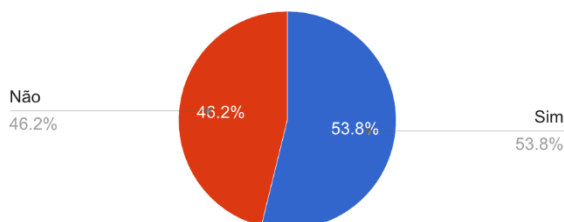


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

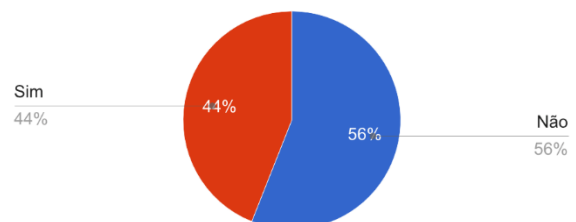
De acordo com o gráfico 11, os investidores preferem usar o cartão de crédito conforme 47,4% das pessoas questionadas; 34,2% usa cartão de débito nos pagamentos e 18,4% utiliza dinheiro como moeda de troca. A opção de pagamento mais utilizada segundo as respostas dos não investidores com é o cartão de débito com 41,9%; fazem os pagamentos em dinheiro com 31,1% e com 27% usa o cartão de crédito. Observa-se que os poupadores são cautelosos em relação aos pagamentos com cartão de crédito, preferem controlar as finanças e usá-lo com frequência, enquanto os não investidores apostam no uso do cartão de débito.

Gráfico 12 - Planejamento para Aposentadoria
Investidores

Você possui planejamento de aposentadoria?



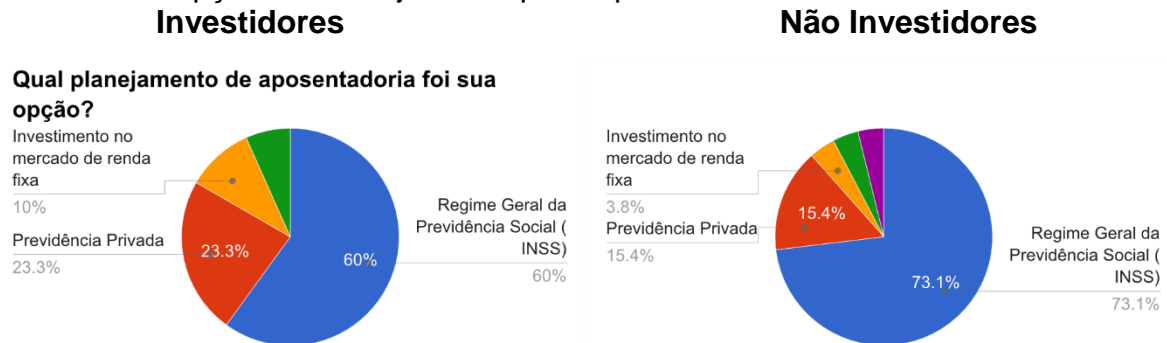
Não Investidores



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O estudo realizado conforme apresentado no gráfico 12 com 53,8% dos investidores realizam planejamento para aposentadoria, enquanto somente 44% dos não investidores fazem previsão para o futuro, quando deixarem de exercer suas atividades profissionais. Os investidores têm o hábito de fazer o planejamento para aposentadoria, assim como o também realizam o planejamento financeiro e administração das finanças pessoais. Da mesma forma que ocorre com a maioria dos não investidores, a cultura de não prever o controle financeiro acontece também no planejamento para aposentaria. Os poupadores buscam estabilidade financeira até mesmo quando deixarem de trabalhar, optam em poupar atualmente e garantir tranquilidade daqui a alguns anos.

Gráfico 13 - Opção de Planejamento para Aposentadoria

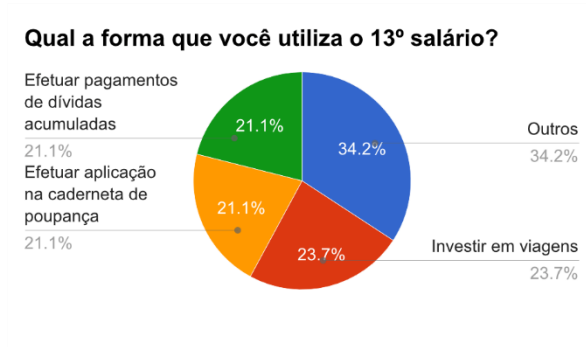


Fonte: Elaborado pela autora (2017)

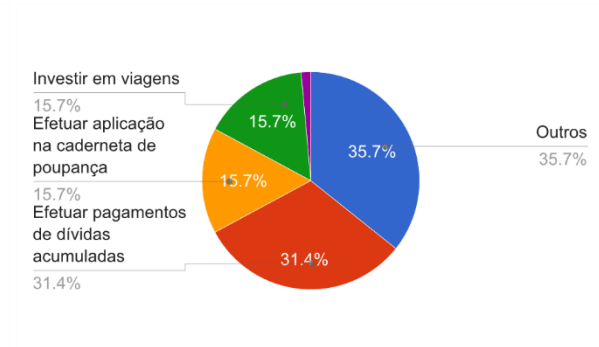
O gráfico 13 apresenta a opção de planejamento para aposentadoria em ambos os perfis questionados é o Regime Geral da Previdência Social (INSS), com 60% escolha dos investidores e 73,1% dos não investidores. Considerando as demais respostas, com 23,3% a Previdência Privada é opção dos investidores; 10% prefere investimentos no mercado em renda fixa e 6,7% também aplica em previdência complementar.

Em comparação aos não investidores a Previdência Privada possui 15,4% das respostas; e apenas 3,8% fazem investimentos no mercado de renda fixa, variável e previdência complementar.

Gráfico 14 - Formas de Utilizar o 13º Salário
Investimentos



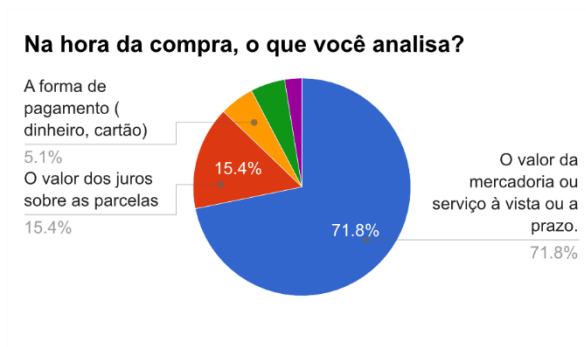
Não Investimentos



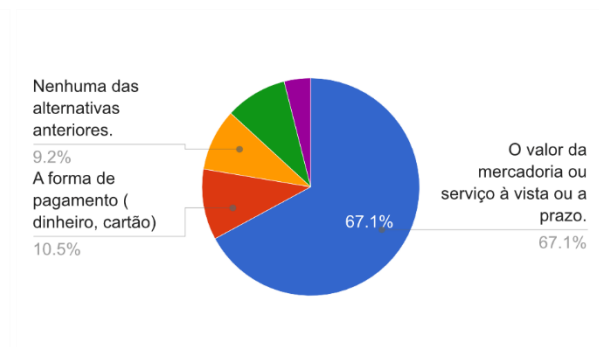
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Conforme consta no gráfico 14, o décimo terceiro salário anual é empregado pelos investidores em 34,2% em outras formas de utilizar; 23,7% é investido em viagens; 21,1% é efetuado aplicação na caderneta de poupança e também com 21,1% é usado para pagar pagamento das dívidas acumuladas. Os questionamentos realizados ao grupo de não investidores apontam que o décimo terceiro salário é utilizado em 35,7% com outros; 31,4% afirmam que é destinado para efetuar pagamentos de dívidas acumuladas; 15,7% realizam aplicação na caderneta de poupança e também com 15,7% das respostas reservam o valor para investir em viagens e apenas 1,4% faz aquisições de bens eletrônicos.

Gráfico 15 - Análise na Hora de Comprar
Investimentos



Não Investidores



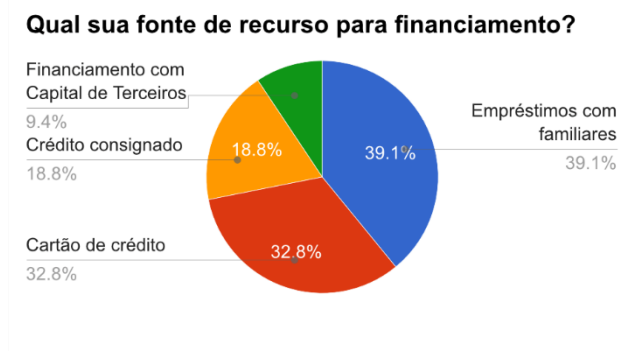
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

De acordo com o gráfico 15, as alternativas na hora de efetuar a compra, ambos os grupos questionados optam em analisar o valor da mercadoria ou serviço à vista ou a prazo, sendo 71,8% respostas dos investidores e 67,1% dos não investidores. As outras opções são de acordo com o perfil investidor, apresenta-se

com 15,4% das respostas as pessoas que fazem cálculo do valor dos juros sobre as parcelas, 5,1% analisa a forma de pagamento e também a quantidade de parcelas possível de fazer; e 2,6% escolheram a alternativa de nenhuma das anteriores. Os não investidores, 10,5% dos questionados verificam a melhor opção de pagamento em dinheiro ou cartão, 9,2% não fazem usos das alternativas apresentadas e também com 9,2% analisam o valor dos juros sobre as parcelas; e 3,9% optam em verificar em quantas parcelas é feito a compra. Os dois perfis questionados em relação a novas aquisições fazem algum tipo de análise antes de efetuar compras, independentemente do valor, prazo, ambos são cautelosos nesta opção.

As comparações realizadas no estudo de caso referente ao gráfico 16 e 17 foram realizados somente com o perfil de não investidores, com a finalidade de identificar o comportamento dos mesmo em relação aos recursos de financiamentos, dívidas e prioridade nas contas a pagar.

Gráfico 16 - Fonte de Recurso para Financiamento



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

De acordo com o gráfico 16, os dados obtidos na realização do estudo de caso, apresenta-se a fonte de recurso para financiamento apenas do perfil de não investidores, afirmando que 39,1% buscam empréstimos com familiares; 32,8% optam em realizar financiamento junto a operadora de cartão de crédito; 18,8% fazem uso de crédito consignado e com 9,4% recorrem ao financiamento com capital de terceiros.

A pesquisa constatou que antes de buscar empréstimos ou financiamentos com terceiros, os endividados procuram aos familiares buscando ajuda financeira.

Gráfico 17 - Dificuldade em Pagar Dívidas e Falta de dinheiro para pagamento das contas



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

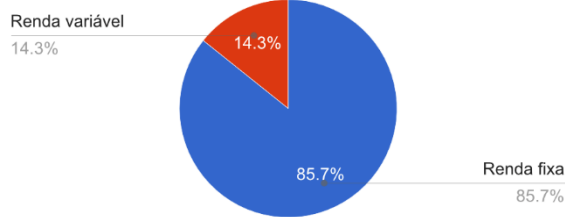
Em relação ao gráfico 17, a dificuldade em pagar as dívidas para os não investidores, apontam que 44,3% não conseguem pagar as dívidas pois tem renda baixa; 25,7% alegam que tem outros motivos que impedem o pagamento; e com 17,1% dos entrevistados responderam que a falta de controle das finanças durante o mês dificulta que o dinheiro seja distribuído para todas as contas; com 11,4% apresentam gastos com saúde e educação elevados, e com 1,4% afirma que tem dificuldade no pagamento das dívidas, pois não é possível perder o padrão de vida.

Os não investidores responderam os dados apresentados no gráfico 17 referente a prioridade de pagamento, quando há dinheiro para todas as contas apresenta-se com 51,4% optando em efetuar o pagamento de despesas básicas como água, energia e alimentação, deixando as outras despesas em aberto; com 32,9% mencionam que pedem dinheiro emprestado para familiares e apenas 7,1% procuram fazer a renegociação da dívida; já 5,7% efetuam a venda de bens pessoais ou patrimoniais para quitar a dívida e apenas 2,9% optam em efetuar o pagamento mínimo do cartão de crédito. Observa-se quando a renda não é suficiente para cobrir as despesas, os não investidores são obrigados a fazer um controle para adequar a sua real situação.

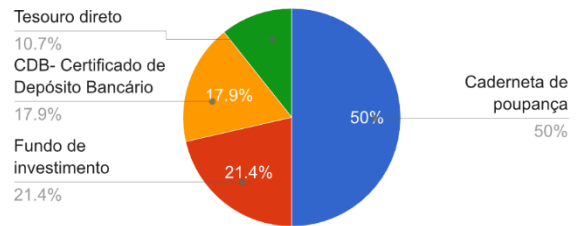
As comparações realizadas no estudo de caso gráfico 18 ao 22 foram realizados somente com o perfil de investidores, buscando como finalidade identificar o comportamento dos mesmo em relação aos tipos de aplicações para investimentos, renda destinada a aplicação, carteira de investimentos, instituição escolhida para investir, tipo de investidor, financiamentos e empréstimos para conhecer o grupo de poupadores.

Gráfico 18 - Tipo de Aplicação e Investimento

Qual tipo de aplicação foi sua opção para investimento?



Qual o tipo de investimento optado?

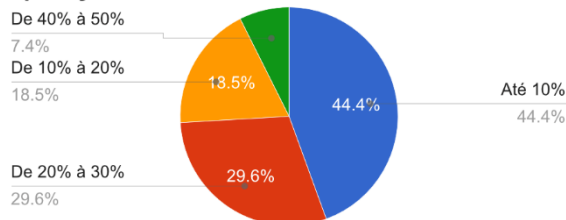


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

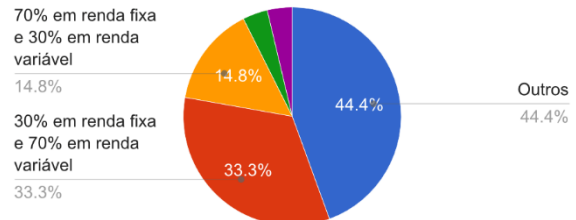
O gráfico 18 apresenta as respostas do perfil investidor quando questionados sobre a destinação da aplicação de investimento, 85,7% optam em investir em renda fixa e 14,3% em renda variável. E também apresenta os tipos de investimentos que são destinados a renda dos investidores, cuja a mesma encontra-se em 50% aplicada na caderneta de poupança; 21,4% em fundo de investimento; 17,9% em CBD; e 10,7% aplicado em Tesouro Direto.

Gráfico 19 - Renda Destinada e Carteira de Investimentos

Qual a porcentagem de sua renda destinada para aplicação?



Qual a proporção que melhor reflita a sua carteira de investimentos?

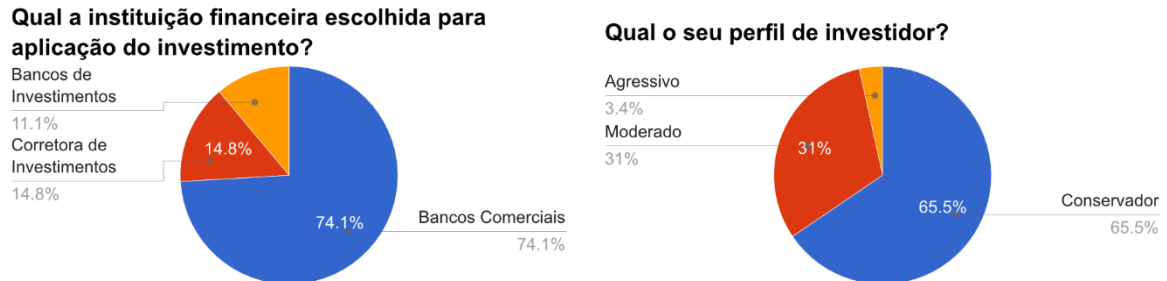


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O gráfico 19 apresenta a porcentagem da renda dos investidores destinada para a aplicação, apresentam-se em 44,4% dos entrevistados reservam até 10% da renda; 29,6% fazem aplicação de 20% à 30%; 13,5% investem de 10% à 20% e apenas 7,4% aplicam de 40% à 50% da renda em investimentos. Os investidores preferem reservar valores e efetuar aplicações garantindo que a mesma trará retorno financeiro. Os investidores por sua vez, exibem carteira de investimentos dividida em 44,4% fazem outros investimentos, diferente dos apresentados na pesquisa; 33,3% preferem aplicar de 30% em renda fixa e 70% em renda variável; 14,8% aplica em 70% em renda fixa e 30% em renda variável; 3,7% investe em 50% em renda fixa e

50% em renda variável; e também com 3,7% de aplicação em 45% em renda fixa, 45% em renda variável e 10% em outras aplicações.

Gráfico 20 - Instituição Financeira para Aplicação e Perfil Investidor



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Conforme dados observados no gráfico 20, os poupadores preferem escolher a instituição financeira para aplicação do investimento conforme 74,1% opta por Bancos Comerciais; 14,8% escolhe Corretoras de Investimento e 11,1% aplica em Bancos de Investimentos. De acordo com as respostas recebidas sobre o perfil de investidor, os mesmos consideram-se com 65,5% conservadores; 31% são investidores moderados e apenas 3,4% são agressivos na hora de aplicar seus recursos. Quando se trata de dinheiro próprio, as pessoas têm medo de correr risco e perder os seus recursos.

Gráfico 21 - Considerações ao Investir e Decisões de Recursos



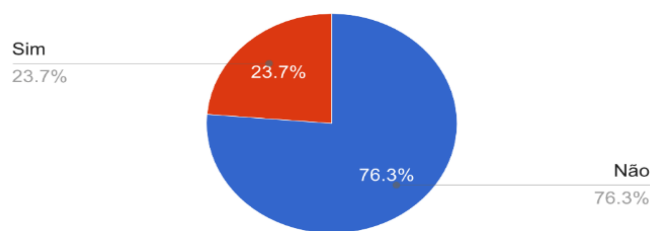
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Conforme o gráfico 21, os poupadores fazem análise antes de aplicar seu dinheiro, conforme os questionamentos realizados, 31% avalia o risco de perda e também verifica o valor do retorno sob o capital investido; 20% confere a taxa mínima de rentabilidade e 17,2% calcula a taxa de juros cobrada. O estudo realizado com os

investidores, afirmam que 46,4% das pessoas não deixam os recursos aplicados em um único investimento, diferente dos 32,1% de poupadores que asseguraram empregar a renda disponível em uma única aplicação. Já com 17,9% são investidores que diversificam e concentram seu dinheiro em mais de um investimento e com 3,6% dos entrevistados asseguram que dependendo do risco e retorno esperado fazem aplicação em um único tipo de investimento.

Gráfico 22 - Financiamentos ou Empréstimos

Você possui financiamentos ou empréstimos?



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Conforme o gráfico 22, o grupo de pessoas correspondente os investidores, 76,3% afirmam que não possuem nenhum financiamento ou empréstimos e apenas 23,7% têm em sua vida financeira algum tipo de contrato com instituições financeiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o tempo que não havia registros contábeis, as pessoas faziam permuta de produtos entre si, ou seja, era usado a moeda de troca da época. Com o passar dos anos, a contabilidade desenvolveu-se cada vez mais, e com isso, hoje há meios de planejar e controlar as finanças pessoais. Porém muitas pessoas físicas ainda têm dificuldades com a própria administração financeira. O desvio do planejamento financeiro é caracterizado pela facilidade de obter crédito no mercado e pela influência do poder de aquisição, que os meios de comunicação transmitem ao consumidor, pois para comprar é muito simples, mas na hora de pagar as contas ultrapassam a renda mensal.

Para administrar as finanças, é necessário muito mais que apenas anotar e controlar os gastos, é preciso ter educação financeira, economizar, e ter consciência do que é essencial e supérfluo para o momento. Os poupadores costumam aplicar os recursos e fazem o próprio dinheiro trabalhar para obter retorno financeiro, por meio de investimentos.

O objetivo principal do estudo foi alcançado conforme o andamento do trabalho, a partir do desenvolvimento dos objetivos específicos, e com a apresentação da análise de dados (conforme capítulo 4), demonstrando a percepção da população da AMREC quanto a administração financeira pessoal.

Os objetivos específicos sobre conceituar finanças pessoais e apresentar as principais alternativas de investimentos e financiamentos para pessoas físicas; foram apresentados no capítulo 2 com base no material bibliográfico. Como instrumento de análise das finanças pessoais, além do planejamento financeiro, é possível elaborar o orçamento mensal, fluxo de caixa mensal e o Balanço Patrimonial. Desta forma é possível administrar e acompanhar as receitas recebidas e as saídas com despesas durante o mês.

As demonstrações contábeis são relatórios que contribuem no controle financeiro, se elaboradas corretamente, pois as informações permitem identificar os erros cometidos, arruma-los e distribuir a renda de forma que contemple o necessário e garanta uma reserva em caso de situações inesperadas.

O último objetivo específico: elaborar pesquisa na região da AMREC sobre a percepção da população em relação a administração financeira pessoal, encontra-se no capítulo 4 com a apresentação da análise de dados referente a comparação

entre investidores e não investidores sobre suas finanças pessoais.

Analisando os dados coletados, percebe-se que as pessoas físicas em grande maioria não estão preocupadas e nem possuem nenhum tipo de planejamento financeiro em seu orçamento doméstico, porém aquelas que fazem a administração das finanças, são os poupadores, e os mesmos possuem bens patrimoniais com valor mais elevado em comparação aos não poupadores, além de ter reservas e aplicações em investimentos, assegurando tranquilidade em caso de instabilidade financeira. Outro fato é a aposentadoria, pessoas investidoras fazem planos para garantir o futuro, enquanto não investidores dependem da Previdência Social. Estes, por sua vez, recorrem a empréstimos com familiares, assim como fazem uso do décimo terceiro salário para pagar as dívidas acumuladas. Observa-se que o pagamento mais utilizado pelos não investidores é o cartão de débito e por investidores é o cartão de crédito, assim poupadores adquirem vantagens nos pagamentos com descontos em várias parcelas, ao invés de desembolsar de uma só vez o valor total das compras.

Os tipos de investimentos mais utilizados pelas pessoas físicas são aplicações financeiras, como: a caderneta de poupança, fundos de investimentos, CDB's, ações, Previdência Privada e LCI / LCA. Quando se trata de investimentos do próprio dinheiro, as pessoas são mais conservadoras, preferem optar em renda fixa e em aplicações onde o retorno não é tão satisfatório, mas não há risco elevado de perdas. Há diversificação nos tipos de investimentos, é muito raro alguma pessoa aplicar toda a renda em um único investimento, o dano pode ser maior do que a resposta financeira, pois não há garantia de retorno, se o negócio tiver alguma oscilação no tempo aplicado.

Como limitações da pesquisa, podem-se apontar outros objetivos que não foram abordados neste trabalho, pois o questionário foi aplicado somente as pessoas físicas da AMREC, com a intenção de conhecer a relação das mesmas com a administração das finanças pessoais, algumas questões de investimentos e outras sobre as dívidas, não sendo aprofundando o tema além dos questionamentos apresentados.

Como sugestão para futuras pesquisas é a realização de modelos de orçamento e planejamento financeiro aliados com planos de investimentos para as pessoas físicas de acordo com a necessidade de cada um. Outra sugestão é realizar o estudo diferenciando as pessoas por classes financeiras ou níveis profissionais e verificar o comportamento das mesmas em relação as suas finanças.

REFERÊNCIAS

BACEN, Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 21 set. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O programa de educação financeira do Banco Central**. Disponível em<<http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>> Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. **Ministério da previdência social**. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/informe_2015.01.pdf> Acesso em: 01 de nov de 2017.

BLANCO, Sandra. **Planejamento Financeiro**. Disponível em: <<https://oramamedia.s3.amazonaws.com/ebooks/eBook-%C3%93rama-Planejamento-Financeiro.pdf?Signature=rCqUR5LHUqCcGRbQJwzwn8nixCE%3D&Expires=1421756856&AWSAccessKeyId=AKIAJXMGUZZTIYDQOCDQ>> Acesso em: 08 out 2017.

BM&FBOVESPA. **Letras de crédito do agronegócio**. Disponível em:<http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/mercado-de-balcao/titulos-financeiros/letra-de-credito-do-agronegocio-lca.htm> Acesso em: 08 out. 2017.

CARTE, Liliam Sanchez, TAVARES, Rosana. **Cálculo no mercado financeiro: conceitos, ferramentas e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO, Adriano. **As 5 etapas do planejamento financeiro**. Disponível em: <<http://www.caminhandojunto.com.br/2012/12/5-etapas-do-planejamento-financeiro.html>> Acesso em: 22 abr. 2017.

CNDL, Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas. **Análise do consumo consciente**. Disponível em: <http://www.cndl.org.br/noticia/apenas-28-dos-brasileiros-sao-consumidores-conscientes-mostra-spc-brasil/> Acesso em 05 de nov de 2017.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira: quebre o ciclo de gerações endividadas e construa sua independência financeira**. 4ª ed. São Paulo: Elevação, 2007.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar organizar e controlar seu dinheiro: manual de finanças pessoais**. 1ª ed. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: Você é o maior responsável**. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, José; MEDINA, Luiz Gustavo; JR. Marco Antônio Gazel **Investindo sem**

erro: dinheiro protegido, futuro garantido. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALFELD, Mauro. **Investimentos:** como administrar seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2007.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Finanças da família:** o caminho para a independência financeira. São Paulo: Cia. Dos Livros, 2009.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Krikant M. **Contabilidade de custos.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KIYOSAKI, Robert T; LECHTER, Sharon L. **Pai rico pai pobre.** 10ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, Alexsandro Broedel et al. **Curso de mercado financeiro.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de finanças pessoais.** São Paulo: Globo, 2000.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro:** guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos:** adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples. São Paulo: Editora Fundamento Educacional Ltda. 2004. 104 p.

MORANTE, Antônio Salvador. **Análise das demonstrações financeiras:** aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial. São Paulo: Atlas, 2007.

NERY et al. **Administre melhor o seu dinheiro: prazer de estar bem.** São Paulo: Sesi, 2012.

OLIVEIRA, João Paulo Sassioto Farias. **Contabilidade para pessoa física.** Disponível em:

<<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/14927/contabilidadepara-pessoa-fisica>> Acesso em: 23 abr. 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Fundamental**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, A. Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba: Juruá, 2006.

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: atlas, 2014.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças Pessoais: invista no seu futuro**. Rio de Janeiro. Qualitymark, 2003.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em finanças pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004

SPC. Serviço de Proteção ao Crédito. **Planejamento financeiro pessoal**. Disponível em:<[http:// www.spcbrasil.org.br](http://www.spcbrasil.org.br) > Acesso em: 07 de nov de 2017.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 10ª. São Paulo: Makron Books, 2000.

WILLIAN, Enio. **Planejamento financeiro: isso pode mudar a sua vida**. Disponível em: <<http://invistaemvoce.spaceblog.com.br/281911/Planejamento-financeiro-issopode-mudar-a-sua-vida/> >. Acesso em: Acesso em: 14 abril 2017.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO DESTINADO AOS NÃO INVESTIDORES

Qual sua renda mensal?

- Até R\$ 5.000,00
- De R\$5.000,00 à R\$ 12.000,00
- De R\$ 12.000,00 à R\$ 20.000,00
- De R\$ 20.000,00 à R\$ 30.000,00
- Acima de R\$ 30.000,00.

Qual a sua idade?

- De 18 à 30 anos
- De 31 à 45 anos
- De 45 à 50 anos
- De 51 à 55 anos
- Acima de 56 anos.

Qual sua escolaridade?

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

Sua vida financeira encontra-se em qual situação:

- Sou investidor a curto prazo
- Sou investidor a longo prazo
- Possuo dívidas com bancos a curto prazo
- Possuo dívidas com bancos a longo prazo
- Não possuo dívidas e nem faço investimentos.

Qual a origem de sua renda?

- Salário mensal
- Aposentadoria
- Aluguel de propriedades
- Rendimento de aplicações financeiras
- Outros

Você possui planejamento financeiro?

- Sim
- Não

Qual sua fonte de recurso para financiamento?

- Financiamento com Capital de Terceiros
- Empréstimos com familiares
- Cartão de crédito
- Cheque especial
- Crédito consignado

Qual sua maior dificuldade em pagar as dívidas?

- Renda baixa
- Falta de controle das finanças durante o mês
- Gastos com saúde e educação elevados
- Não é possível perder o padrão de vida
- Outros

Você possui Patrimônio? Caso a resposta seja positiva, qual o valor do seu Patrimônio?

- 100.000,00
- 250.000,00
- 500.000,00
- Acima de 550.000,00
- Não possui Patrimônio

Qual tipo de Patrimônio você possui?

- Não possui nenhum bem
- Imóvel
- Sala Comercial
- Veículo
- Outros

Você possui financiamento de veículos?

- Sim
- Não

Quantas parcelas seu veículo foi financiado?

- 12x
- 24x
- 36x
- 60x
- 120x

Qual a forma de pagamento você mais utiliza?

- Dinheiro
- Cartão de débito
- Cartão de crédito
- Cheque especial
- Outros

Você possui planejamento de aposentadoria?

- Sim
- Não

Qual planejamento de aposentadoria foi sua opção?

- Regime Geral da Previdência Social (INSS)
- Previdência Privada
- Previdência Complementar
- Investimento no mercado de renda fixa
- Investimento no mercado de renda variável.

Qual a forma que você utiliza o 13º salário?

- Efetuar pagamentos de dívidas acumuladas
- Efetuar aplicação na caderneta de poupança
- Fazer novas aquisições de bens eletrônicos
- Investir em viagens
- Outros

Na hora da compra, o que você analisa?

- O valor da mercadoria ou serviço à vista ou a prazo.
- Qual a quantidade de parcelas é possível fazer
- O valor dos juros sobre as parcelas
- A forma de pagamento (dinheiro, cartão)
- Nenhuma das alternativas anteriores.

Quando não há dinheiro para todas as contas, qual a sua opção?

- Efetuar o pagamento de despesas básicas como água, energia e alimentação deixando as outras despesas em aberto
- Efetuar o pagamento mínimo do cartão de crédito
- Fazer a renegociação da dívida
- Vender bens pessoais ou patrimoniais para ajudar no pagamento das dívidas
- Pedir dinheiro emprestado para familiares.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO DESTINADO AOS INVESTIDORES

Qual sua renda mensal?

- Até R\$ 5.000,00
- De R\$5.000,00 à R\$ 12.000,00
- De R\$ 12.000,00 à R\$ 20.000,00
- De R\$ 20.000,00 à R\$ 30.000,00
- Acima de R\$ 30.000,00.

Qual a sua idade?

- De 18 à 30 anos
- De 31 à 45 anos
- De 45 à 50 anos
- De 51 à 55 anos
- Acima de 56 anos.

Qual sua escolaridade?

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

Sua vida financeira encontra-se em qual situação:

- Sou investidor a curto prazo
- Sou investidor a longo prazo
- Sou investidor em renda fixa
- Sou investidor em renda variável
- Não faço investimentos.

Qual a origem de sua renda?

- Salário mensal
- Aposentadoria
- Aluguel de propriedades
- Rendimento de aplicações financeiras
- Outros

Você possui planejamento financeiro?

- Sim
- Não

Você possui Patrimônio? Caso a resposta seja positiva, qual o valor do Patrimônio?

- Até R\$ 300.000,00
- De R\$ 300.000,00 à R\$ 600.000,00
- De R\$ 600.000,00 à R\$900.000,00
- De R\$ 900.000,00 à R\$ 1.200.000,00
- Acima de R\$ 1.200.000,00

Qual tipo de Patrimônio você possui?

- Não possuo nenhum bem
- Imóvel
- Sala Comercial
- Veículo
- Outros

Você possui financiamento de veículos?

- Sim
- Não

Quantas parcelas seu veículo foi financiado?

- 12x
- 24x
- 36x
- 60x
- 120x

Qual a forma de pagamento você mais utiliza?

- Dinheiro
- Cartão de débito
- Cartão de crédito
- Cheque especial
- Outros

Você possui planejamento de aposentadoria?

- Sim
- Não

Qual planejamento de aposentadoria foi sua opção?

- Regime Geral da Previdência Social (INSS)
- Previdência Privada
- Previdência Complementar
- Investimento no mercado de renda fixa
- Investimento no mercado de renda variável.

Qual tipo de aplicação foi sua opção para investimento?

- Renda fixa
- Renda variável

Qual o tipo de investimento optado?

- Caderneta de poupança
- Fundo de investimento
- CDB- Certificado de Depósito Bancário
- Títulos Públicos
- Tesouro direto

Qual a porcentagem de sua renda destinada para aplicação?

- Até 10%
- De 10% à 20%

- De 20% à 30%
- De 40% à 50%
- Acima de 50%

Qual o seu perfil de investidor?

- Conservador
- Moderado
- Agressivo

Ao investir, o que você considera?

- O risco de perda
- O valor do retorno sob o capital investido
- A taxa de juros cobrada
- A taxa mínima de rentabilidade
- O prazo de retorno sob o capital investido.

Qual a instituição financeira escolhida para aplicação do investimento?

- Bancos Comerciais
- Bancos de Investimentos
- Corretora de Investimentos

Você investe todo o recurso em um único investimento?

- Sim
- Não
- Opto em aplicar o recurso em mais de um investimento
- Depende do valor investido
- Depende do risco e retorno esperado

Qual a forma que você utiliza o 13º salário?

- Efetuar pagamentos de dívidas acumuladas
- Efetuar aplicação na caderneta de poupança
- Fazer novas aquisições de bens eletrônicos
- Investir em viagens
- Outros

Você possui financiamentos ou empréstimos?

- Sim
- Não

Qual a proporção que melhor reflita a sua carteira de investimentos?

- 30% em renda fixa e 70% em renda variável
- 50% em renda fixa e 50% em renda variável
- 70% em renda fixa e 30% em renda variável
- 45% em renda fixa, 45% em renda variável e 10% em outras aplicações
- Outros

Na hora da compra, o que você analisa?

- O valor da mercadoria ou serviço à vista ou a prazo.
- Qual a quantidade de parcelas é possível fazer
- O valor dos juros sobre as parcelas

- A forma de pagamento (dinheiro, cartão)
- Nenhuma das alternativas anteriores